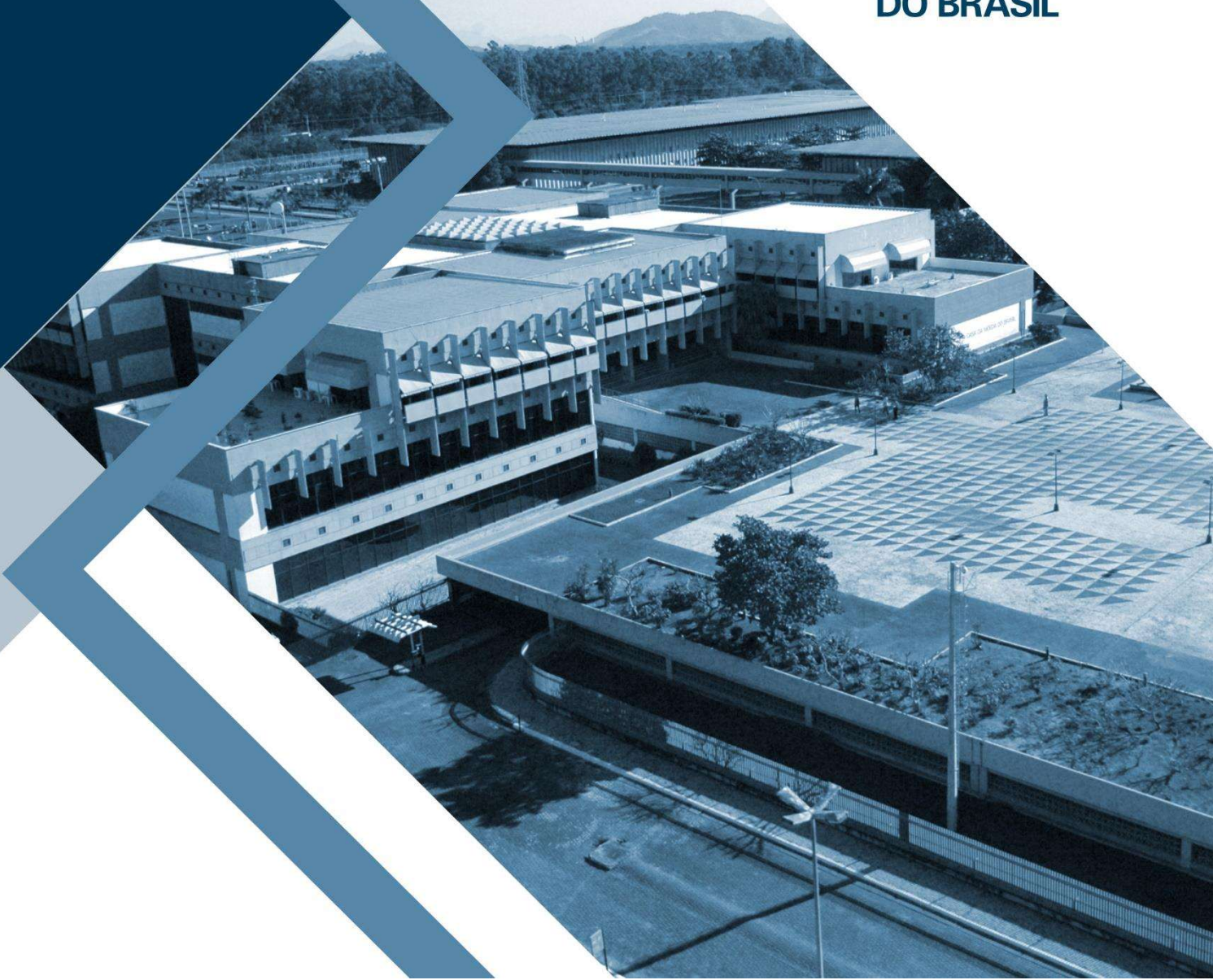


**Demonstrações
Financeiras
2025**



**CASA DA MOEDA
DO BRASIL**



Sumário

01	BALANÇO PATRIMONIAL	3
02	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	6
03	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	8
04	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
05	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	13
06	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15
07	NOTAS EXPLICATIVAS	18

01

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - Ativo

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

ATIVO		31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE	NOTA	1.282.212	1.341.930
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4)	442.278	423.714
BANCOS CONTA MOVIMENTO		13.094	1.077
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		429.184	422.637
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		477.196	498.641
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	41.611	90.912
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4)	(678)	(1.190)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	212.723	243.762
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(6.1)	4.857	5.597
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7)	15.299	16.446
OUTROS VALORES A RECEBER	(5.7)	203.384	143.114
ESTOQUES	(8)	362.409	419.283
PRODUTOS ACABADOS		69.549	105.842
PRODUTOS EM PROCESSO		60.080	17.610
MATÉRIA-PRIMA		190.836	242.200
ALMOXARIFADO		39.993	36.712
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		1.951	16.919
DESPESAS ANTECIPADAS		329	292
NÃO CIRCULANTE	NOTA	1.719.451	1.526.630
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.027.146	970.288
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	136.121	106.649
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(5.4)	(116.727)	(87.256)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	280.521	264.438
(-) PERDA ESTIM CRÉD SERV A FATURAR	(5.4)	(120.661)	(112.620)
VALORES A RECEBER EC 93/2016	(5.3)	311.015	311.015
(-) PERDA ESTIM CRÉD SERV EC 93/2016	(5.4)	(311.015)	(311.015)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7)	949.701	910.344
(-) PERDA ESTIMADA C/PIS E COFINS SOBRE INSUMOS	(7)	(853.234)	(824.530)
CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS	(5.9)	45.469	41.294
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(20)	90.693	97.290
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	470	470
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	(470)	(470)
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.8)	615.263	574.679
INVESTIMENTOS		501	491
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS		1.670	1.670
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS POR INCENT. FISCAIS		(1.660)	(1.670)
OBRAS DE ARTE		491	491
IMOBILIZADO TÉCNICO	(11.1)	685.446	547.631
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.640.996	1.512.636
(-) DEPRECIAÇÕES		(1.123.479)	(1.091.483)
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)		(17.010)	(17.816)
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		55.079	55.807
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		129.860	88.487
INTANGÍVEL	(11.2)	6.358	8.220
TOTAL		3.001.663	2.868.560

Balanço Patrimonial - Passivo

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

PASSIVO		31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE	NOTA	573.682	451.097
FORNECEDORES	(12.1)	177.786	140.538
EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(13.a)	25.085	25.263
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	(14)	9.067	5.927
DIVIDENDOS A PAGAR	(14.a)	23.123	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15)	14.972	13.380
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(17)	18.824	5.973
PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(18)	234.416	184.287
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(13.b)	55.644	68.750
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	14.765	6.979
NÃO CIRCULANTE	NOTA	592.089	601.722
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(25)	52.278	58.924
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15)	17.148	16.171
ADIANTAMENTOS	(17)	11.431	11.431
PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS	(19.1)	327.925	331.890
PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(18)	183.306	183.306
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	1.835.893	1.815.741
CAPITAL SOCIAL	(21)	1.360.678	1.360.678
RESERVAS DE LUCRO	(21)	480.177	455.063
RESERVA LEGAL		36.250	33.943
RESERVA PARA INVESTIMENTOS		411.048	374.556
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR		-	12.164
LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO		32.879	36.492
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(25)	(4.962)	(2.092)
RESULTADO DO PERÍODO	(21)	-	-
TOTAL		3.001.663	2.868.560

02

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO**

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS (22.1)	1.350.050	1.425.179
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS (22.2)	(921.858)	(970.335)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	428.192	454.844
IV - DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS (22.c)	(506.465)	(516.656)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(418.457)	(389.880)
DESPESAS COM PESSOAL	(339.406)	(320.496)
DESPESAS COM MATERIAIS	(17.480)	(16.822)
DESPESAS COM SERVIÇOS	(55.027)	(47.131)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(6.544)	(5.431)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(36.075)	(36.102)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS - LÍQUIDAS	(51.933)	(90.674)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(78.273)	(61.812)
VI - RESULTADO FINANCEIRO (22.4)	124.419	113.028
RECEITAS FINANCEIRAS	162.997	146.006
DESPESAS FINANCEIRAS	(38.578)	(32.978)
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	46.146	51.216
VIII - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA (16.0)	-	-
IX - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (16.0)	-	-
X - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	46.146	51.216

03

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

MÉTODO INDIRETO		
DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO	46.146	51.216
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:		
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	37.001	54.563
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS	28.704	29.472
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	(9)	7
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	34.328	31.852
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	(806)	1.739
PERDA ESTIMADA COM ESTOQUES	-	(6.169)
PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS	(306)	100
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(3.964)	58.260
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	(141.092)	221.040
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	19.828	(50.180)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	14.957	(135.334)
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	739	141
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(38.210)	(4.153)
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	6.597	(13.122)
OUTROS CRÉDITOS	(59.962)	(79.338)
ESTOQUES	56.874	(2.620)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	(38)	36
TOTAL DOS ATIVOS OPERACIONAIS	786	(284.570)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
FORNECEDORES	87.377	145.802
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(178)	848
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	3.140	(8.873)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.569	(1.839)
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(13.106)	14.360
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(9.515)	3.370
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	12.850	(45.962)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.786	(36.055)
TOTAL DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	90.923	71.651
CAIXA LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	232.801	8.121
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	(44.762)	(24.411)
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DE ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	(169.475)	(124.128)

MÉTODO INDIRETO

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(214.237)	(148.539)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
DIVIDENDOS PAGOS	-	(48.102)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	(48.102)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	18.564	(188.520)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	423.714	612.234
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	442.278	423.714
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	18.564	(188.520)

04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS					LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 31/12/2023	1.360.678	31.382	230.249	-	144.307	(17.716)	-	1.748.900
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	51.216	51.216
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	2.561	-	-	-	-	(2.561)	-
3. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	-	-	12.164	-	-	(12.164)	-
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-	-	-	-	-
5. LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO:	-	-	144.307	-	(107.815)	-	(36.491)	-
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	-	15.624	-	15.624
SALDO EM 31/12/2024	1.360.678	33.943	374.556	12.164	36.492	(2.092)	-	1.815.741
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	46.146	46.146
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	2.307	-	-	-	-	(2.307)	-
3. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	-	-	-	-	-	-	-
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	(12.164)	-	-	(10.959)	(23.123)
5. LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO:	-	-	36.491	-	(3.613)	-	(32.879)	-
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	-	(2.870)	-	(2.870)
SALDO EM 31/12/2025	1.360.678	36.250	411.048	-	32.879	(4.962)	-	1.835.893

05

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO
ABRANGENTE**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.146	51.216
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	(2.870)	15.624
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	43.276	66.840

06

**DEMONSTRAÇÃO
DO VALOR
ADICIONADO**

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício de 2025 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
1 - RECEITAS	1.310.677	1.375.371
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.347.844	1.541.751
1.2) Outras Receitas	9.269	165
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	(43.959)	(54.563)
1.4) Deduções de Vendas	(2.477)	(111.982)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	734.714	732.450
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	585.559	628.489
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	119.240	77.171
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	29.914	26.790
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	575.964	642.922
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	42.045	38.643
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	533.919	604.279
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	173.557	175.889
6.1) Receitas financeiras	161.428	145.991
6.2) Dividendos	1.569	15
6.3) Outras Receitas	10.560	29.883
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	707.476	780.167

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	707.476	780.167
8.1) Pessoal	505.129	579.980
8.1.1 - Remuneração direta	381.332	472.486
8.1.2 - Benefícios	95.777	80.214
8.1.3 - F.G.T.S.	28.020	27.280
8.2) Impostos, taxas e contribuições	117.575	115.056
8.2.1 - Federais	112.937	111.136
8.2.2 - Estaduais	3.550	2.673
8.2.3 - Municipais	1.088	1.247
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	38.626	33.915
8.3.1 - Juros	35.435	30.475
8.3.2 - Aluguéis	3.191	3.440
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	46.146	51.216
8.4.1 - Dividendos da União	23.123	-
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	20.023	51.216

07

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2025

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB, conforme a Lei nº 5.895/73, é uma Empresa pública federal não dependente de recursos da União, vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e capital social totalmente pertencente à União.

A empresa tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com escritório na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília – DF, CEP 70.040-906, sendo seu complexo industrial situado na Rua René Bittencourt, 371, Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, onde suas principais atividades incluem a produção de cédulas, moedas de circulação e comemorativas, medalhas, distintivos, comendas, passaportes, certificados, cartões inteligentes, documentos de identificação, selos postais e selos fiscais com rastreabilidade, além de inúmeros outros produtos gráficos de segurança.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pela Diretoria Executiva em 04 de março de 2026.

1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto de continuidade operacional e são apresentadas conforme as diretrizes fixadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que a entidade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em 31 de dezembro de 2025 em moeda corrente nacional (milhares de reais) em conformidade com a lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, bem como em aderência às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, deduzindo as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base numa análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos segundo os prazos originais das contas a receber. O registro da PECLD é realizado no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Os custos indiretos de produção fixos são aqueles que permanecem relativamente constantes, independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas, equipamentos e ativos de direito de uso utilizados no processo de produção e o custo de gestão e de administração da fábrica.

Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão de obra indireta.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB que não é obrigada à elaboração de demonstrações consolidadas, alinhando-se, assim, à exceção do item 17 do CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, concomitantemente com o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual e as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens é iniciada a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao Valor de Recuperação (*impairment*) de Ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda.

No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do impairment na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a pagar/fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

(i) Provisões e Contingências

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; seja provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Tais valores incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e seguem as diretrizes consolidadas em norma interna sobre o tema. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativos.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme a legislação em vigor.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais deve ser reconhecido à medida que for provável que no futuro ocorra lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidades identificadas que possam gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados. Dessa forma, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não é reconhecido.

(k) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

No que se refere ao programa Scorpions, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CAIXA/CONTAS CORRENTES	13.094	1.078
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a.1)	429.184	422.636
TOTAL	442.278	423.714

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Empresa.

(a.1) – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2025		31/12/2024	
	VALORES (EM R\$ MIL)	TAXA DE RENTABILIDADE NO ANO	VALORES (EM R\$ MIL)	TAXA DE RENTABILIDADE NO ANO
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAMERCADO)	216.127	14,7177%	384.068	9,1964%
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAM FAE 2 FIF)	202.421	14.7055%	20.364	9.2149%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA FI EXT MERCADO COMUM IRFM-1)	10.636	14.6699%	18.204	9.2059%
TOTAL	429.184		422.636	

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância na referida Resolução.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS

5.1 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Apresenta-se, a seguir, a composição do saldo a receber de clientes até a data de 31 de dezembro de 2025:

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	41.611	51.519
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - AC	-	39.393
Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)	41.611	90.912
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	16.498	7.455
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	87.522	67.095
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236	26.236
Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	412	411
Duplicatas a Receber - Selo Digital Parceria Pharos - ANC	5.453	5.452
Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)	136.121	106.649
SUBTOTAL (AC + ANC)	177.732	197.561

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. Nesse contexto, não foram efetuados ajustes a valor presente do saldo de contas a receber, tendo em vista que o efeito econômico de tais ajustes seria irrelevante para o adequado entendimento das demonstrações.

O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de 180 dias, transferidos do Ativo Circulante.

O saldo de Clientes apresenta variação de R\$ 19.829 mil, evidenciada a seguir:

(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante

A variação negativa de R\$ 49.301 mil decorre, principalmente, pela redução de saldos em aberto referente às vendas de Passaportes e à transferência para o ativo não circulante do saldo de clientes do exterior, devido ao não recebimento.

(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante

O aumento de R\$ 29.470 mil refere-se, principalmente, à transferência do ativo circulante do saldo de clientes do exterior.

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
Selo Digital - Parceria Pharos – AC	175.264	203.922
Selo Físico - Parceria Pharos – AC	37.459	39.840
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC	212.723	243.762
Programa Sicobe – ANC	165.100	165.100
Programa Scorpions – ANC	12.693	12.693
Parceria Pharos – ANC	102.728	86.645
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC	280.521	264.438
SUBTOTAL (AC + ANC)	493.244	508.200

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

Destaca-se que a segregação da rubrica busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato.

Em razão do agravo de instrumento nº 5003471-72.2022.4.02.0000/RJ, onde cessava a retenção da DRU sobre as receitas de selos rastreáveis, o reconhecimento de 2024 foi integralmente baseado em 100% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa Scorpions e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros nos Selos Físicos. Com a improcedência da ação, as leituras, a partir de janeiro de 2025, passaram a ser reconhecidas considerando a dedução da DRU.

As principais variações da rubrica, no montante de R\$ 14.956 mil, decorrem, principalmente, dos recebimentos referentes ao 2º, 3º e 4º trimestre de 2024, realizados com base na Portaria MF nº 480/2018. Tais recebimentos resultaram em uma redução de R\$ 31.039 mil no ativo circulante e um aumento de R\$ 16.083 mil no ativo não circulante, em razão da identificação de valores inadimplidos após a conciliação dos registros de ativação de selos.

5.3 – VALORES A RECEBER EC 93/2016

VALORES A RECEBER EC 93/2016	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a Receber EC 93/2016 – ANC	311.015	311.015
SUBTOTAL	311.015	311.015

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e não apresentou variação no período.

5.4 – PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para o reconhecimento das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Matriz de Provisões, sendo, para os créditos entre 90 e 120 dias, 25%, até 150 dias, 50%, até 180 dias, 75%, e acima de 180 dias, o saldo integral de Clientes inadimplentes e o saldo líquido de Serviços Executados a Faturar, sendo este último deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar, com base no método da taxa de juros efetivos, não é aplicado nestas obrigações, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

Não obstante à constituição das PECLD, a Administração deliberou, para os casos em que possui titularidade do crédito, manter o ajuizamento das ações pertinentes aos Clientes inadimplentes e Duplicatas a Receber – Envasadores, conforme definido em plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos, na tentativa de afastar eventual pronunciamento de prescrição.

(a) PECLD – Clientes Comerciais

PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(678)	(1.190)
Subtotal – AC	(678)	(1.190)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(16.498)	(7.455)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(87.522)	(67.095)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(9.569)	(9.569)

(-) PECLD - Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	(412)	(411)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Selo Dig Parceria Pharos - ANC	(2.726)	(2.726)
Subtotal – ANC	(116.727)	(87.256)
SUBTOTAL	(117.405)	(88.446)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO – 2025		(28.959)

O efeito no resultado de R\$ 28.959 mil se deve, principalmente, ao aumento de R\$ 9.043 mil de “PECLD – Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC”, devido às faturas vencidas junto ao MRE, e R\$ 20.427 mil de “PECLD – Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior – ANC”, referente à constituição integral das faturas vencidas e à variação cambial.

(b) PECLD – Serviços a Faturar

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe - ANC	(60.489)	(60.489)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpions - ANC	(8.808)	(8.808)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(51.364)	(43.323)
Subtotal – ANC	(120.661)	(112.620)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO – 2023		(8.041)

Com relação à PECLD de Serviços a Faturar, a CMB aplica a proporcionalidade dos valores acordados contratualmente de repasses à prestadora sobre os saldos de inadimplentes para Envasadores e Fumageiros. A variação se deve à inadimplência após a conciliação.

(c) PECLD – Valores a Receber EC 93/2016

PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.015)	(311.015)
SUBTOTAL	(311.015)	(311.015)

Com relação à PECLD sobre os Valores a Receber EC 93/2016, a CMB regulamentou internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018, definindo os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais.

Cabe destacar que o valor de R\$ 311.015 mil se refere à aplicação da EC 93/2016, instituído em setembro de 2016 com efeitos retroativos a janeiro do mesmo período.

5.5 – CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Contas a Receber Bruto”, “Serviços Executados a Faturar Bruto” e “Valores a Receber EC 93/2016” deduzidos das respectivas PECLD.

(a) Contas a Receber Líquido

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	41.611	90.912
(-) PECLD - AC	(678)	(1.190)
Subtotal - AC	40.933	89.722
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	136.121	106.649
(-) PECLD - ANC	(116.727)	(87.256)
Subtotal - ANC	19.394	19.393
TOTAL	60.327	109.115

(b) Serviços Executados a Faturar Líquido

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	212.723	243.762
Subtotal - AC	212.723	243.762
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	280.521	264.438
(-) PECLD - ANC	(120.661)	(112.620)
Subtotal - ANC	159.860	151.818
TOTAL	372.583	395.580

(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido

VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.015	311.015
(-) PECLD - ANC	(311.015)	(311.015)
TOTAL	-	-

5.6 – AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016

Apresenta-se a distribuição dos saldos a receber por prazos de vencimento, considerando os saldos de “Contas a Receber Bruto” deduzidos das respectivas PECLD, conforme item 5.4:

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)				
	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 31/12/2025
CLIENTES	31.089	10.498	9.044	127.101	177.732
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	-	(653)	(9.044)	(107.708)	(117.405)
SUBTOTAL	31.089	9.845	-	19.393	60.327
SERVIÇOS A FATURAR	-	95.679	101.926	295.639	493.244
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	-	-	-	(120.661)	(120.661)
SUBTOTAL	-	95.679	101.926	174.978	372.583
VALORES A RECEBER EC 93/2016	-	-	-	311.015	311.015
PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	-	-	-	(311.015)	(311.015)
SUBTOTAL	-	-	-	-	-
TOTAL	31.089	105.524	101.926	194.371	432.910

5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CONTAS A RECEBER DE LENIÊNCIA (a)	122.529	69.706
DEPÓSITOS E CAUÇÕES (c)	1.128	1.128
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL (d)	4.331	4.574
(-) PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS (d)	(548)	(855)
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (e)	87.644	80.261
(-) PERDA ESTIM OUTROS CREDITOS A RECEBER (e)	(11.700)	(11.700)
TOTAL	203.384	143.114

(a) Contas a Receber de Leniência

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CONTAS A RECEBER DE LENIÊNCIA (a)	122.529	69.706
TOTAL	122.529	69.706

O valor de R\$ 122.529 mil se refere à terceira e quarta parcelas e à transferência da quinta parcela do Contas a Receber de Leniência, sendo cada uma no montante de R\$ 40.843 mil, atualizadas conforme previsto no acordo.

(b) Depósito e Cauções

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
DEPÓSITOS E CAUÇÕES (c)	1.128	1.128
TOTAL	1.128	1.128

O valor de R\$ 1.128 mil corresponde à depósito em garantia referente à exigência licitatória internacional da área comercial.

(c) Créditos por Cessão de Pessoal

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CIFRAO - FUNDACAO DE PREVIDENCIA DA CMB	73	68
AGU - ADVOCACIA GERAL UNIAO_COORDENACAO	460	495
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	51	71
MTE - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	267	247
TRF - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL_2ªREGIAO	-	207
IBGE - INSTIT BRAS DE GEOGR ESTATISTICA	50	54
UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ	236	258
IFRJ - INST.FED.EDUC.CIENC. E TECN DO RJ	408	408
ME - MINISTERIO DA ECONOMIA (MF)	110	217
UFSJ - UNIVERSID. FED. SAO JOAO DEL REI	204	155
SENACON - SECRETARIA NACION. CONSUMIDOR	268	316

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
INT – INST. NAC. DE TECNOLOGIA	154	94
MJSP - MINISTERIO JUSTICA SEG PUBLICA	103	68
FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	58	51
CNEN - COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR	177	193
ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO	107	198
MS - MINISTERIO DA SAUDE	52	75
INPI - INST NACIONAL DA PROP INDUSTRIAL	82	76
CVM - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	1.294	861
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	54	277
SUSEP - SUPERINT. SEGUROS PRIVADOS	41	38
MINIST.DE GESTAO E INOVACAO EM SERVICOS	50	120
FUNPEN	32	27
SUBTOTAL	4.331	4.574
(-) PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS	(548)	(855)
TOTAL	3.783	3.719

A CMB, desde 2019, intensificou a utilização da cessão de funcionários a outras entidades públicas federais, estaduais ou municipais para a redução dos gastos com pessoal, sem prejuízo ao desenvolvimento profissional de seus empregados.

O saldo da rubrica “Créditos por Cessão de Pessoal” representa o montante de ressarcimento devido pelos órgãos cessionários em 31 de dezembro de 2025, sendo composto pela integralidade do custo do pessoal cedido.

O valor de R\$ 548 mil corresponde à Perda Estimada com Funcionários Cedidos de Órgãos que não realizaram o devido reembolso das verbas salariais e seus respectivos encargos sociais. A CMB vem atuando para a recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de ações judiciais.

(d) Outros Créditos a Receber

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	75.050	67.847
RECOMPRA DE SELOS FÍSICOS - SRF	11.700	11.700
OUTROS CRÉDITOS	894	716
TOTAL	87.644	80.263
(-) PERDA ESTIMADA COM RECOMPRA SELOS FÍSICOS	(11.700)	(11.700)
TOTAL	75.944	68.563

A variação da rubrica ADIANTAMENTO A FORNECEDORES se deve, principalmente, ao aumento de adiantamento para o fornecimento de insumos, utilizados na linha de passaportes.

O valor da rubrica RECOMPRA DE SELOS - SRF, refere-se ao procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais, materializado em contrato firmado entre a CMB e a União, por intermédio da RFB. Entretanto, devido à falta de previsibilidade no ressarcimento de tais valores,

a Administração reconheceu perda estimada com a recompra de Selos Físicos no valor integral previsto no contrato.

5.8 – OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
ACORDO DE LENIÊNCIA (a)	612.643	572.254
NOTAS DO TESOURO NACIONAL (b)	2.620	2.425
TOTAL	615.263	574.679

(a) Acordo de Leniência

O saldo de R\$ 612.643 mil se refere ao Acordo de Leniência firmado pela Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União com as empresas SICPA e CEPTIS, atualizado pela taxa Selic.

(b) Notas do Tesouro Nacional

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e suas alterações) e do Decreto nº 9.292 de 23 de fevereiro de 2018, que estabelece as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN.

5.9 – CRÉDITOS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
TRIBUTÁRIO	42.218	36.291
CIVIL	3.251	5.003
TOTAL	45.469	41.294

A rubrica se refere à constituição de créditos decorrentes de ações judiciais para as quais há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, sendo assim classificados como Ativos.

A variação relacionada ao crédito tributário, refere-se, principalmente, à atualização dos valores correspondentes à recuperação de IPTU do estabelecimento fabril localizado em Santa Cruz, referente aos exercícios de 2013 a 2019, em decorrência da imunidade tributária aplicável; enquanto as cíveis envolvem a recuperação de valores sobre a cessão de empregados.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

6.1 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.857	5.597
TOTAL	4.857	5.597

Os valores referentes ao adiantamento de férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que determina o pagamento até dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LÍQUIDOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante	15.299	16.446
Ativo Não Circulante Bruto	989.860	950.503
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(40.159)	(40.159)
Subtotal - ANC	949.701	910.344
Perdas Estimadas com COFINS e PIS s/ insumos - ANC	(853.234)	(824.530)
Subtotal - ANC	96.467	85.814
TOTAL	111.766	102.260

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174	15.174
IPI A RECUPERAR - ANC (b)	1.986	1.986
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	853.234	824.530
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	5.356	5.042
IR E CSLL - SALDO NEGATIVO - Crédito Tributário - ANC (d)	72.162	61.506
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	9.487	10.473
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret. de Órgãos Públicos - AC (f)	117	593
COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	47.304	47.304
OUTROS TRIBUTOS - AC	339	338
TOTAL	1.005.159	966.946

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante	15.299	16.446
Ativo Não Circulante	989.860	950.500
TOTAL	1.005.159	966.946

PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174)	(15.174)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(1.986)	(1.986)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(853.234)	(824.530)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999)	(22.999)
TOTAL	(893.393)	(864.689)

(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR

O valor de R\$ 15.174 mil registrado no Ativo Não Circulante se refere a créditos apurados sobre energia elétrica destinada à industrialização que, segundo revisão dos procedimentos e diagnósticos fiscais dos saldos tributários, elaborada por consultores independentes, não possuem perspectiva de realização, pois não há disposição legal expressa ou documentação

apta a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB.

Considerando-se que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a “Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar” na integralidade do saldo apurado.

(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, em sua escrita fiscal, decorrentes da compensação com os débitos nas saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

O saldo de IPI a Recuperar no valor de R\$ 1.986 mil no Ativo Não Circulante, não possui perspectiva de realização, isto, porque existem precedentes administrativos e/ou judiciais contra o procedimento adotado pela CMB, e não há documentação apta a suportá-lo ou este é divergente aos valores encontrados. O fato residiu na tomada de crédito sobre insumos para passaporte, pois tal atividade é considerada prestação de serviço.

Considerando que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a “Perda Estimada com IPI a Recuperar” na integralidade do saldo apurado.

(c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS

O montante de R\$ 853.234 mil, registrado na rubrica “COFINS e PIS a Recuperar”, é proveniente da apuração pelo regime não-cumulativo de créditos na aquisição de matéria-prima e na contratação de serviços utilizados para a fabricação de produtos e prestação de serviços que, em razão da exclusividade legal (art. 2º caput e § 1º da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973), gozam de isenção tributária (art. 11 da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973) na venda.

Ao final do 2º trimestre de 2021, a Administração tomou conhecimento da queda da liminar que permitia a CMB manter-se no regime de não cumulatividade.

Após avaliação interna da controvérsia, e considerando as incertezas na recuperabilidade dos créditos apurados na aquisição de insumos apontadas em pareceres jurídicos e em orientação dos auditores, foi constituída perda estimada sobre a integralidade do valor a recuperar.

(d) IR E CSLL – A RECUPERAR E SALDO NEGATIVO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A Casa da Moeda do Brasil, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento

tributário, a transferência para o não circulante dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição. Desta forma, a rubrica “IR e CSLL a recuperar” mantida no Ativo Circulante refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios favoráveis emitidos.

Os valores de R\$ 5.356 mil a Recuperar e R\$ 72.162 mil do Saldo Negativo com Imposto de Renda e Contribuição Social são referentes, respectivamente, a créditos tributários acumulados sobre os saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ) anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic.

(e) IRRF A COMPENSAR – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica refere-se ao valor de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as Aplicações Financeiras, detalhadas na Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa, item (a) Aplicações Financeiras.

(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A rubrica está baseada na IN RFB nº 1234/2012, que obriga os órgãos públicos a procederem as retenções na fonte sobre os pagamentos que efetuarem. A compensação se deve em função da isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o Banco Central do Brasil (BCB), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), conforme disposto no art. 11 da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, e pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

As retenções na rubrica estão baseadas na IN RFB nº 1234/2012, que obriga os órgãos públicos a procederem as retenções na fonte sobre os pagamentos que efetuarem. A compensação se deve em função da isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade, conforme explicitado na “NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR”, item (f) “IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS”.

O saldo credor de R\$ 47.304 mil decorre do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: BCB, ECT, SRFB, DPF e MRE, na liquidação de suas respectivas faturas.

Considerando que houve pedidos realizados fora do prazo legal, foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 22.999 mil. Esses valores ainda estão em discussão administrativa, mantendo-se o processo de cobrança em curso.

NOTA 8 – ESTOQUES

ESTOQUES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
PRODUTOS ACABADOS	69.549	105.842
PRODUTOS EM PROCESSO	60.080	17.610
MATÉRIA-PRIMA	217.558	268.923
ALMOXARIFADO	39.993	36.712
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	1.951	16.919
(-) PERDA ESTIM P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO	(26.722)	(26.722)
TOTAL	362.409	419.283

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

As rubricas de Produtos Acabados, Matéria-Prima e Importações em Andamento apresentaram redução de R\$ 36.293 mil, 51.365 mil e R\$ 14.968, respectivamente, decorrente, principalmente, das entregas dos contratos referentes ao meio circulante.

Visando atender as demandas do exercício de 2026 e concluir as entregas do contrato de 2025, a rubrica de Produtos em Processo e Almojarifado apresentaram aumento de R\$ 42.470 mil e R\$ 3.281, respectivamente.

NOTA 9 – ATIVO CONTINGENTE

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Financeiras. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado de decisões judiciais e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Assim, os ativos classificados como praticamente certo em que exista possibilidade de recuperação, estão reconhecidos em Outros Valores a Receber, conforme Nota 5.9 – CRÉDITOS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS. Já os créditos classificados como praticamente certo, mas que não há capacidade de recuperação confirmada e os classificados como provável ocorrência, não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo apenas divulgados conforme a seguir:

(a) Praticamente Certo – Capacidade de Recuperação não Confirmada

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CÍVEL	50.895	41.100
TOTAL	50.895	41.100

(b) Provável Ocorrência

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CÍVEL	653.560	648.117
TRIBUTÁRIO	84.112	101.903
TOTAL	737.672	750.020

O montante acima é composto, principalmente, pela (i) cobrança junto à União Federal sobre a Desvinculação de Receita da União – DRU, em razão da Emenda Constitucional nº 93/2016, o qual reteve valores retroativos (R\$ 597.359 mil); e (ii) recuperação de créditos tributários (R\$ 98.912 mil). A redução tributária se deve a reclassificação de ações envolvendo a recuperação de ISS de serviços no período de vigência da MP 902 e créditos de PIS/PASEP e COFINS.

NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**10.1 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS**

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	135	135
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132	132
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65	65
POLIPLAST	53	53
COPE NOR	48	48
ENGEX SA	26	26
BETA SA	11	11
TOTAL	470	470

Os valores elencados acima representam investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ). As ações estão custodiadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

Considerando a baixa expectativa de recuperação desses valores, constitui-se perda estimada para a integralidade do saldo dos ativos conforme demonstrado abaixo:

PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2025	31/12/2024
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(470)	(470)
TOTAL	(470)	(470)

NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

11.1 – IMOBILIZADO

A CMB adota os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Dessa forma, o montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e das Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável, assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

A seguir, apresenta-se o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

ITENS	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2025			31/12/2024
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.278.645	(795.075)	483.570	384.672
INSTALAÇÕES	151.932	(146.503)	5.429	6.745
EDIFÍCIOS	124.899	(105.389)	19.510	20.790
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	32.035	(27.372)	4.663	4.700
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	47.837	(47.376)	461	362
VEÍCULOS	1.764	(1.764)	-	-
TERRENOS	3.884	-	3.884	3.884
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	10.161	-	10.161	3.187
OBRAS EM ANDAMENTO (c)	-	-	-	5.781
PROJETOS EM ANDAMENTO (c)	314	-	314	314
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES DO IMOBILIZADO (c)	44.603	-	44.603	46.525
IMPORTACOES EM ANDAMENTO (c)	129.860	-	129.860	88.487
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (b)	(17.010)	-	(17.010)	(17.816)
TOTAL	1.808.924	(1.123.479)	685.445	547.631

A seguir, apresenta-se a depreciação acumulada e as perdas para redução ao valor de recuperação distribuídas por natureza de bens registrados no Imobilizado:

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2025
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	384.672	136.924	(10.049)	(27.977)	-	483.570

INSTALAÇÕES	6.745	-	-	(1.316)	-	5.429
EDIFÍCIOS	20.790	244	-	(1.524)	-	19.510
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.700	990	-	(1.027)	-	4.663
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	362	251	-	(152)	-	461
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-
TERRENOS	3.884	-	-	-	-	3.884
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	3.187	15.443	(8.469)	-	-	10.161
OBRAS EM ANDAMENTO (c)	5.781	2.013	(7.794)	-	-	-
PROJETOS EM ANDAMENTO (c)	314	-	-	-	-	314
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES DO IMOBILIZADO (c)	46.525	29.385	(31.307)	-	-	44.603
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	88.487	167.529	(126.156)	-	-	129.860
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (b)	(17.816)	(1.665)	2.471	-	-	(17.010)
TOTAL	547.631	351.114	(181.304)	(31.996)	-	685.447

(a) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são: Edifícios 25 anos; Máquinas e Equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Móveis e Utensílios 10 anos; Computadores e Periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

A Depreciação/Amortização, calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 42.045 mil. Já a Depreciação/Amortização, calculada segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil, foi de R\$ 33.886 mil.

A diferença de R\$ 8.159 mil entre a depreciação fiscal e econômica, conforme quadro abaixo, é ajustada por exclusão na base de cálculo de apuração do Lucro Real do Período.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	33.886	34.972
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(42.045)	(38.643)
DIFERENÇA DE DEPRECIÇÃO	(8.159)	(3.671)

O valor total no exercício de 2025 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, impactou os custos fabris em R\$ 35.501 mil e as despesas administrativas em R\$ 6.544 mil.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (*Impairment*)

A Empresa avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera caixa, geração essa que é em grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC).

Após a realização do Teste de *Impairment*, a Empresa constatou que dois bens, do grupo de ativos “Máquinas e Equipamentos”, que montam o valor líquido contábil de R\$ 1.665 mil apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos foram descontinuados da operação da CMB, não fluindo, portanto, quaisquer benefícios econômicos à CMB.

Em contrapartida, foi registrada a reversão de *impairment* no montante de R\$ 2.471 mil, referente a três bens do mesmo grupo de ativos, originalmente reconhecidos em 2021, em função da realização do procedimento de retrofit, que restabeleceram sua capacidade de geração de benefícios econômicos.

(c) Imobilizações em andamento

A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em Andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, estará pronto para uso e será alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

O grupo “Imobilizações em Andamento”, encerrou o exercício de 2025, com o saldo de R\$ 55.079 mil, sendo R\$ 10.161 mil em Imobilizações em Andamento, R\$ 314 mil em Projetos em Andamento; e R\$ 44.603 mil em Adiantamento a Fornecedores.

É oportuno mencionar que o montante de R\$ 8.470 mil, da conta Imobilizações em Andamento, se refere à aquisição de Licenças de Uso de Sistemas, o qual será transferido para a conta “Software” após o aceite da área técnica; enquanto o montante de R\$ 15.302 mil, da conta

Adiantamento a Fornecedores, se refere ao adiantamento referente a compra de Máquina Impressora Serigráfica.

A conta “Importações em Andamento” encerrou o exercício de 2025 com saldo de R\$ 129.860 mil, no qual desse montante, o valor de R\$ 71.367 mil se refere à serviços de revitalização do maquinário fabril; R\$ 22.084 mil à equipamento de personalização de passaporte; R\$ 11.717 mil à aquisição e substituição do sistema de controle de qualidade; R\$ 9.935 mil a recuperação de máquina de cunhagem.

Esses valores serão transferidos para a conta do imobilizado técnico após aceite da área técnica.

11.2 – INTANGÍVEL

A seguir, apresentam-se os quadros comparativos da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Intangível e sua amortização acumulada distribuída por natureza:

ITENS	VALORES (EM R\$ MIL)			
	30/06/2025			31/12/2024
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
INTANGÍVEL	60.764	(54.406)	6.358	8.220
TOTAL INTANGÍVEL	60.764	(54.406)	6.358	8.220

A seguir, apresenta-se a amortização acumulada distribuída por natureza:

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2025
INTANGÍVEL	8.220	470	-	(2.332)	-	6.358
TOTAL	8.220	470	-	(2.332)	-	6.358

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição.

O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(a) Amortização

O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização total calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 54.406 mil.

O valor total da amortização apurada no exercício de 2025, utilizando-se o método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica, foi de R\$ 2.332 mil, todo ele referente a despesas administrativas.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (*Impairment*)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1, alínea (b).

NOTA 12 – CONTAS A PAGAR

12.1 – FORNECEDORES

A tabela abaixo segrega o valor de fornecedores:

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
NACIONAIS (a)	55.808	54.743
EXTERIOR (b)	121.978	85.795
TOTAL	177.786	140.538

(a) Nacionais

FORNECEDORES NACIONAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
Blendpaper Security Papeis Especiais S.A	27.890	33.206
Dell Computadores do Brasil Ltda	7.716	-
Três-S - Ferramentas de Precisão	4.857	4.739
Caberj Integral Saúde SA	4.472	3.794
Expresso Uniao Ltda	1.788	1.124
Outros Fornecedores	9.085	11.880
TOTAL	55.808	54.743

Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis.

O montante registrado junto à empresa Blendpaper Security Papeis Especiais S.A, refere-se a compra de papéis especiais; à Dell Computadores do Brasil Ltda, compra de equipamentos e

serviços de TI; à Três-S - Ferramentas de Precisão, ao fornecimento de discos de aço e ferramentas de precisão; à Caberj Integral Saúde, a prestação de serviço de assistência médica; à Expresso União, a prestação de serviço de transporte

(b) Exterior

FORNECEDORES EXTERIOR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
Koenig & Bauer Banknote Solutions SA	48.888	31.763
Toppan Security S.A.S. (HID Global CID SAS)	48.575	15.086
IAI industrial systems B.V.	10.765	-
Bw Papersystems	4.553	5.524
Schuler Pressen GmbH & Co. KG	3.866	-
SURYS	2.962	4.781
GURT, LLC	124	4.907
Compania Europea de Cospes S.A.	-	8.522
Monea Coin Tecnology S.r.o.	-	4.050
Outros Fornecedores	2.245	11.162
TOTAL	121.978	85.795

Nesta rubrica são registradas aquisições no exterior, principalmente insumos, maquinários e contratação de serviços. A variação no saldo da conta refere-se, principalmente, ao aumento de R\$ 17.125 mil de soluções de maquinários junto a Koenig & Bauer Banknote Solutions SA; R\$ 33.489 mil de insumos de segurança da empresa Toppan Security S.A.S; R\$ 10.765 mil da IAI Industrial Systems B.V. e R\$ 3.866 mil da Schuler Pressen GmbH & Co. KG, ambas fornecedoras de equipamentos; concomitante a redução de R\$ 8.522 mil junto à Companhia Europea de Cospes S.A, R\$ 4.050 mil da Monea Coin Tecnology S.r.o. e R\$ 4.783 mil da GURT LLC, ambas para fornecimento de insumos do meio circulante; R\$ 1.819 mil em equipamentos de segurança da empresa SURYS.

12.2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Outras Obrigações”.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV – PC	2.862	17
PASSIVO ATUARIAL – PLANOS PREVIDENCIÁRIOS - PC	5.571	164
OUTRAS CONTAS A PAGAR – PC	3.428	2.604
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA – PC	1.459	4.193
CONSIGNAÇÕES A RECOLHER	1.445	-
TOTAL	14.765	6.978

A rubrica Outras Obrigações – PDV, no Passivo Circulante, contempla o valor presente atuarial, conforme seu respectivo cálculo atuarial das parcelas do PDV referente ao plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2025, enquanto a rubrica Passivo Atuarial – Planos

Previdenciários, no Passivo Circulante, contempla o valor presente atuarial do plano PBDC, conforme seu respectivo cálculo atuarial. Ambas detalhadas na Nota 25.

O aumento em Outras Contas a Pagar, no Passivo Circulante, se deve, principalmente, à valores a serem repassados ao BACEN oriundo da venda de sucata de cuproníquel.

O aumento na rubrica “Outras Contas a Pagar - PC” se deve, principalmente, à valores a serem repassados ao BACEN oriundo da venda de metais preciosos.

A redução de R\$ 2.734 mil na rubrica “Depósitos e Cauções em Garantia – PC” refere-se, principalmente, à devolução da garantia da empresa GURT LLC.

NOTA 13 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
PESSOAL A PAGAR	121	127
INSS A RECOLHER	10.154	10.285
FGTS A RECOLHER	3.898	3.729
IRRF - EMPREGADOS	10.035	10.246
SESI E SENAI A RECOLHER	877	876
TOTAL	25.085	25.263

O valor de R\$ 25.085 mil corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus encargos.

(b) Férias, 13º Salário e Encargos Sociais

FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
FÉRIAS E 13º SALÁRIO A PAGAR	40.376	41.753
ENCARGOS SOCIAIS	15.268	26.997
TOTAL	55.644	68.750

As Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos Sociais, no valor de R\$ 55.644 mil, foram apuradas pelo Departamento de Gestão de Pessoas - DEGEP com base no número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço. A principal variação está relacionada ao Acordo Coletivo de Trabalho de 2024, assinado em 2025.

NOTA 14 – DIVIDENDOS A PAGAR, REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES E PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

(a) Dividendos a pagar à UNIÃO

DIVIDENDOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
DIVIDENDOS A PAGAR	23.123	-
TOTAL	23.123	-

A administração, considerando os recentes recebimentos explicitado na NOTA 30 – EVENTO SUBSEQUENTE, entende que possui capacidade financeira, decidindo por constituir os dividendos a serem distribuídos sobre o resultado de 2025, concomitante com a transferência do saldo da Reserva de Lucros a Realizar, tendo em vista a deliberação da Diretoria na 3ª RD de 2026.

A proposta de destinação de Dividendos à União, relativos ao exercício de 2025, atende às disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 e artigo 197 da Lei 6.404/76 e suas alterações.

(b) Remuneração Variável Anual dos Dirigentes e Participação dos Empregados

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES	1.380	981
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	7.687	4.946
TOTAL	9.067	5.927

Do montante de R\$ 1.380 mil, referente ao Programa de Remuneração Variável Anual - RVA de Dirigentes da CMB, a parcela de R\$ 488 mil refere-se ao lucro de 2025; R\$ 469 mil ao lucro de 2024, já o saldo restante é composto pelas parcelas residuais relativas aos exercícios de 2023, 2022 e 2021.

Na rubrica participação dos empregados no lucro, do montante de R\$ 7.687 mil, a parcela de R\$ 2.740 mil refere-se à participação dos empregados no lucro de 2025; R\$ 3.041 mil ao lucro de 2024; e o saldo restante é composto pelas parcelas residuais relativas aos exercícios de 2023, 2022, 2021, 2016 e 2015.

NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	202	220
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ÓRGÃOS PÚBLICOS - PC (b)	3.997	3.914
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.769	1.070
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	10.662	10.055
IPI A RECOLHER - PC (d)	926	926
IPI A RECOLHER - PNC (d)	6.486	6.116
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	862	111
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	73	105
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.902	1.793
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.714	1.714
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373	373
IMPOSTO IMPORTAÇÃO A RECOLHER - PC (h)	3.154	3.154
TOTAL	32.120	29.551
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante	14.972	13.380

Passivo Não Circulante	17.148	16.171
TOTAL	32.120	29.551

(a) INSS - Fornecedores de Serviços

A rubrica apresenta os valores retidos de INSS sobre a prestação de Serviços, conforme Instrução Normativa RFB n° 971/2009, em seu art.112, que cita que a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.

(b) Tributos Federais Retidos por Órgão Público

A rubrica apresenta os valores retidos segundo o art. 2º da Instrução Normativa da RFB 1.234/2012, determinando que ficam obrigadas as empresas públicas a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

(c) ICMS a Recolher

O saldo de R\$ 1.769 mil do Passivo Circulante se refere, principalmente, aos valores apurados em razão dos efeitos da MP 902/2019 e depositados judicialmente. Já o saldo de R\$ 10.662 mil corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(d) IPI a Recolher

O saldo de R\$ 926 mil do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores apurados em razão dos efeitos da MP 902/2019 e depositados judicialmente. Já o saldo de R\$ 6.486 mil corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(e) ICMS – Diferencial de Alíquota a Recolher

A rubrica apresenta os valores apurados de ICMS – DIFAL regidos pelo Decreto 27.427/2000 – RICMSRJ, Emenda Constitucional 87/15 e convênios. Os valores se referem à aquisição de bens de consumo que não permitem o aproveitamento de créditos.

(f) ISS Retido de Terceiros e ISS sobre Movimento Econômico

A rubrica apresenta os valores retidos de ISS de Terceiros conforme art. 1º da Lei Complementar nº 116/2003. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, além do Decreto Lei nº 28.248/2007 e da Resolução 3072/2019 do Município do Rio de Janeiro.

O valor de R\$ 1.902 mil de ISS sobre Movimento Econômico foi apurado nos termos da Lei Complementar nº 116/2003. Destaca-se que do valor, R\$ 1.767 mil está depositado judicialmente em processo que debate os efeitos da MP 902/2019.

(g) COFINS e PASEP a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme artigo 3º, II da Lei nº 10.833/2003 e artigo nº 172 § 1º, II da IN RFB nº 1.911/2019. Cabe ressaltar que os saldos de R\$ 1.714 mil e R\$ 373 mil de COFINS e PIS, respectivamente, foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

(h) Imposto de Importação a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Decreto-Lei nº 37/1966 que regulamenta o imposto de importação que tem como fato gerador a entrada de mercadorias estrangeiras no território nacional. Cabe ressaltar que o saldo de R\$ 3.154 mil foi depositado judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	46.146	51.216
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	15.690	17.413
Adições / Exclusões	31/12/2025	31/12/2024
Provisão/Reversão Teste de <i>Impairment</i>	(806)	1.739
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	(3.964)	58.260
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	43.959	54.563
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(9)	7
Provisões/Reversões p/Empregado Cedidos	(306)	100
Participação do Lucro Diretoria	488	469
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	(4.175)	(374)
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	3.396	(17.105)
Dividendos Recebidos	(1.569)	(15)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(424.245)	(518.198)
Acordo de Leniência	(93.213)	(61.353)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(196)	(155)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	8.159	3.671
Multas não Dedutíveis	26	233
Provisão Estimada p/ Crédito de Impostos	28.704	29.472
Provisão/Reversão Estimada p/ Perda de Estoques	-	(6.169)
Provisão/Reversão de Passivos de ICMS/IPI	976	16.171
Auxílio Moradia	123	91

TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(442.652)	(438.593)
BASE DE CÁLCULO LALUR	(396.506)	(387.377)
Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%

No encerramento de 2025, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais, principalmente em função da exclusão das receitas monopolizadas da base de cálculo do IRPJ, a qual possui especial previsão legal no art. 2º, § 2º da Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, que só se aplica as estatais.

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
SRF - PORTARIA 480 (a)	16.564	4.567
INMETRO (b)	1.649	1.406
DIVERSOS CLIENTES (c)	611	-
Adiantamento de Clientes - PC	18.824	5.973
SRF - PORTARIA 480 (a)	5.000	5.000
SRF - SELO FÍSICO (d)	135	135
EXPORTAÇÕES (e)	4.477	4.477
DIVERSOS CLIENTES (c)	1.819	1.819
Adiantamento de Clientes - PNC	11.431	11.431

(a) SRF - Portaria 480

A Portaria 480 disciplina sobre os procedimentos, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

O saldo de R\$ 16.564 mil do Passivo Circulante se refere, principalmente, a valores recebidos, de forma parcial, relativos ao 1º trimestre de 2025, em fase de conciliação, enquanto o saldo do Passivo Não Circulante se refere à pendência de conciliação dos recebimentos até o 4º trimestre de 2024.

(b) INMETRO

O saldo no Passivo Circulante se refere a valores recebidos em fase de conciliação pela área técnica.

(c) DIVERSOS CLIENTES

O saldo refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha em fase de conciliação.

(d) SRF – SELOS FÍSICOS

O saldo de R\$ 135 mil refere-se ao recebimento dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

(e) EXPORTAÇÕES

O valor refere-se, principalmente, ao adiantamento do cliente Sociedad del Estado da Argentina para produção de impressos de segurança, o qual aguarda formalização do contrato.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (a)	78.180	72.039
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (b)	35.782	38.398
DRU A REPASSAR - PC (c)	111.843	73.850
PARCERIA INMETRO – CUSTOS – PC (d)	5.931	-
PARCERIA INMETRO – RESULTADO – PC (e)	2.680	-
PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR – PC	234.416	184.287
SICOBÉ - CUSTOS - PNC (f)	119.688	119.688
ENVASADORES - CUSTOS - PNC (g)	18.118	18.118
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (h)	45.500	45.500
PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR - PNC	183.306	183.306

(a) Parceria Pharos - Custos

A rubrica refere-se aos montantes a serem reembolsados à parceira. O saldo no Passivo Circulante é composto pela provisão de custo de dezembro de 2024 a dezembro de 2025, reduzido das parcelas de custo reembolsadas neste período.

Adicionalmente, cabe destacar que o provisionamento tem por base o limite máximo de ressarcimento à parceira, conforme estipulado na Matriz de Custo Pré-Aprovada – MCPA vinculada ao contrato de parceria.

(b) Parceria Pharos – Resultado

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. O saldo de R\$ 35.782 mil, do Passivo Circulante, corresponde à estimativa de resultados de dezembro de 2024 a dezembro de 2025, considerando as receitas previstas e os custos estipulados na MCPA.

(c) DRU à Repassar

A rubrica refere-se ao passivo constituído da parcela decorrente da dedução da DRU, onde, devido aos efeitos do agravo de instrumento nº 5003471-72.2022.4.02.0000/RJ, cessou a sua retenção até a prolação da sentença, conforme explicitado na NOTA 28 – DESVINCULAÇÃO DA RECEITA DA UNIÃO – DRU.

(d) Parceria INMETRO - Custos

A rubrica refere-se aos montantes a serem reembolsados à parceira. O saldo no Passivo Circulante é composto pela provisão de custo referente à 2025.

(e) Parceria INMETRO - Resultado

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. O saldo corresponde à estimativa de resultados do exercício de 2025.

(f) Sicobe - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - Sicobe. Salienta-se que, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos envasadores.

(g) Envasadores - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas – Sicobe no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas (setembro de 2013 a dezembro de 2014). Tal como no caso precedente, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos Envasadores.

(h) Scorpions - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - Scorpions. Tal como na operação do Sicobe, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos envasadores.

NOTA 19 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**19.1 – PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS - PROVÁVEIS**

As provisões para condenações trabalhistas, cíveis e tributárias foram constituídas conforme avaliação do Departamento Jurídico da CMB que indicou, na data do balanço, a expectativa de desembolso considerando as diretrizes do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e normativo interno, conforme a seguir:

PASSIVOS PROVÁVEIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
TRABALHISTAS	202.882	235.482
CÍVEIS	103.285	85.734
TRIBUTÁRIAS	21.758	10.673
TOTAL	327.925	331.889

Tratando das causas trabalhistas, a redução da provisão está relacionada, principalmente, à quitação e arquivamento de processos judiciais, em especial os relacionados a ações vinculadas ao PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários da empresa.

Nos processos cíveis, o aumento se deve à atualização dos valores ora constituídos. Dessa forma, o saldo decorre, principalmente, de processos envolvendo as repercussões da DRU e do fornecedor do plano de saúde dos empregados em discussões envolvendo o índice de sinistralidade.

Por fim, nas lides tributárias, a provisão decorre da atualização monetária de condenação ao pagamento de ISS ao município do Rio de Janeiro sobre a receita da produção de bilhetes magnetizados e a variação se refere a mudança de prognose, devido a possibilidade de mensuração, de forma confiável, do valor da ação de ISS sobre atividades de prestação de serviços que não envolvam os serviços públicos delegados.

19.2 – PASSIVOS CONTINGENTES

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis é composto por processos em que a avaliação do Departamento Jurídico indica que a probabilidade de perda inferior à provável e superior à remota, dispensando a constituição de provisão, e por processos que não possuem elementos seguros que permitam concluir o seu resultado.

CONTINGENTES POSSÍVEIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
TRABALHISTAS	455.111	386.456
CÍVEIS	255	1.250
TRIBUTÁRIAS	77.369	321.829
TOTAL	532.735	709.535

Tratando das causas trabalhistas, a variação do saldo decorre, principalmente, da atualização da ação de reintegração de 212 empregados desligados em 2018.

Nos processos tributários, a variação decorre, principalmente, da mudança de prognose da ação referente a possibilidade de pagamento de ISS para o município do Rio de Janeiro sobre

atividades de prestação de serviços que não envolvam os serviços públicos delegados, uma vez que estes não estão protegidos pela imunidade tributária recíproca.

Por fim, nos processos cíveis, a variação se refere a reclassificação de ação de cobrança de honorários advocatícios prestados à CMB.

NOTA 20 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Depósitos Judiciais e Recursais”, com sua respectiva segregação.

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	16.585	17.193
RECURSAL - EMBARGOS (b)	49.251	50.455
JUDICIAL - CÍVEL (c)	16.922	21.707
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (d)	7.934	7.934
TOTAL	90.692	97.289

A redução das rubricas se deve, principalmente, à baixa dos depósitos, em consequência da conclusão de alguns processos judiciais, conforme demonstrado na Nota 19 – Provisões e Passivos Contingentes.

(a) Depósito Recursal - Trabalhista

O saldo de R\$ 16.585 mil refere-se a depósitos recursais efetuados pela CMB, visando viabilizar recursos impetrados.

(b) Depósito Recursal - Embargos

O saldo de R\$ 49.251 mil refere-se a valores correspondentes à integralidade da condenação da CMB em ações trabalhistas a fim de viabilizar apresentação de recurso de embargos à execução. A variação se deve ao arquivamento de ações relacionadas.

(c) Depósito Judicial - Cível

O saldo de R\$ 16.922 mil refere-se aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera cível. A variação se deve ao arquivamento de ações relacionadas e recuperação de parcelas depositadas judicialmente.

(d) Depósito Judicial - Tributário

O saldo de R\$ 7.934 mil refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A Diretoria Executiva, em observância ao Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício, nos seguintes termos:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2025
LUCO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.146
RESERVA LEGAL CONSTITUÍDA	2.307
BASE DE CÁLCULO PARA OS DIVIDENDOS	43.839
DIVIDENDOS A PAGAR	10.959
LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	32.879

21.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CAPITAL SOCIAL	1.360.678	1.360.678
RESERVA LEGAL	36.250	33.943
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	411.048	374.556
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	12.164
LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	32.879	36.492
DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(4.962)	(2.092)
LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	-	-
TOTAL	1.835.893	1.815.741

A variação de R\$ 2.307 mil na Reserva Legal refere-se à sua constituição no período. A variação de R\$ 36.492 mil na Reserva para Investimento decorre da destinação dos Lucros à Disposição da AGO do exercício anterior; o saldo registrado em Lucros à Disposição da AGO corresponde à constituição realizada no período; enquanto a variação de R\$ 12.164 mil na Reserva de Lucros A Realizar, resulta da proposta de distribuição dos dividendos de 2024, conforme detalhado na NOTA “21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO”.

A variação de R\$ 2.870 mil no Déficit Atuarial de Previdência Privada resulta da provisão dos efeitos do Plano de Equacionamento de Déficit (PED), correspondente à parcela atualizada da dívida da patrocinadora, relativa ao déficit apurado em 2021, enquanto aguarda aprovação junto ao SEST; juntamente com as atualizações decorrentes do cálculo atuarial elaborado em conformidade com o CPC 33 (R1), conforme detalhado na NOTA 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

22.1 - RECEITA LÍQUIDA

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (a)	747.337	851.171
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (b)	-	65.654
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (c)	443.652	357.975
SERVIÇOS A FATURAR (d)	156.855	266.951
OUTRAS VENDAS (e)	9.269	165
FATURAMENTO BRUTO	1.357.113	1.541.916
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (f)	(7.063)	(116.737)
RECEITA LÍQUIDA	1.350.050	1.425.179

(a) Produtos - Mercado Interno

Nesta rubrica são apresentados, basicamente, os valores relativos à venda de cédulas, moedas, medalhas e selos postais e fiscais para o mercado nacional. O impacto de R\$ 103.834 mil tem, como principal fundamento, a pendência nas entregas dos produtos de exclusividade, que englobam o meio circulante.

(b) Produtos - Mercado Externo

Esta rubrica apresenta os valores referentes à venda de cédulas para o mercado internacional. Em 2024, o faturamento decorreu exclusivamente da venda de cédulas para a Argentina.

(c) Serviços - Mercado Interno

Nesta rubrica são apresentados valores de serviços de emissão de passaportes, impressão de carteiras profissionais, selos de conformidade, diplomas e serviços de custódias de metais, selos de qualidade do INMETRO e leitura de selos fiscais. O impacto de R\$ 85.677 mil refere-se, principalmente, ao aumento no faturamento de passaportes, e no faturamento com os selos de qualidade do INMETRO.

(d) Serviços a Faturar

Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade do sistema SCORPIOS. A redução se deve, ao retorno ao critério de reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar com base em 70% da leitura. Tal alteração resulta da suspensão da liminar que anteriormente impedia a retenção da DRU sobre as receitas de selos rastreáveis, conforme explicitado na NOTA 28 – DESVINCULAÇÃO DA RECEITA DA UNIÃO – DRU.

(e) Outras Vendas

Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, e alienação de bens móveis. A variação se deve, principalmente, à venda de metais preciosos.

(f) Deduções Sobre as Vendas

Nesta rubrica são apresentados os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação foi impactada, principalmente, pela contabilização da DRU em 2024, no montante de R\$ 111.842 mil.

22.2 – CUSTO DE PRODUÇÃO

CUSTOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	921.858	970.335
TOTAL	921.858	970.335

Nesta rubrica são apresentados os custos decorrentes da fabricação de produtos vendidos e serviços prestados no período.

A redução do montante dos custos dos produtos e serviços vendidos está vinculada diretamente à redução da Receita Líquida.

22.3 – DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
PESSOAL (a)	339.406	320.496
MATERIAIS (b)	17.480	16.822
SERVIÇOS (c)	55.027	47.131
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (d)	6.544	5.431
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (e)	36.075	36.102
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) (f)	51.933	90.674
TOTAL	506.465	516.656

(a) Pessoal

A variação líquida de R\$ 18.910 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto em Salários, Complementação da Previdência, e Indenizações com Programa de Demissão Voluntária, sendo R\$ 13.106 mil com Salários; R\$ 3.153 mil com Complementação de Previdência; R\$ 9.046 mil com Indenização PDV; R\$ 6.401 mil com Férias e Abono; R\$ 5.952 mil com Vale Alimentação; R\$ 3.555 mil com Transportes de Empregados; R\$ 4.369 mil com Anuênio, Quinquênio e Gratificação por função; R\$ 3.144 mil com Sentenças Judiciais; R\$ 2.213 mil com Adicionais; R\$ 3.930 mil com Assistência Médica e Odontológica; R\$ 344 mil com Outras Despesas com Pessoal; concomitante com a redução de R\$ 18.003 mil com Horas Extras; R\$ 13.941 mil com Acordo Coletivo; R\$ 5.935 mil com Provisões de Férias, 13º Salário e Encargos; R\$ 3.510 mil com Participação dos Empregados e Dirigentes no Lucro; R\$ 5.987 mil com Outras Indenizações Trabalhistas; Dessa variação, houve aumento de R\$ 7.837 mil de apropriação da Despesa ao Custo.

(b) Materiais

A variação líquida de R\$ 658 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto de R\$ 1.196 mil com Matéria Prima Nacional; R\$ 1.068 mil com Manutenção de Bens Móveis; concomitante com a redução de R\$ 1.319 mil com Consumos da Produção; R\$ 941 mil com Equipamentos Elétricos e Mecânicos; R\$ 213 mil Outras Despesas com Materiais; aliado ao aumento de R\$ 867 mil com apropriação de Despesa ao Custo.

(c) Serviços

A variação líquida de R\$ 7.896 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto de R\$ 5.917 mil Serviços de TI; R\$ 2.155 mil com Manutenção e Conservação de Bens; R\$ 709 mil com Água; R\$ 418 mil com Limpeza e Conservação; concomitante com a redução de R\$ 1.267 mil com Energia Elétrica; R\$ 2.773 mil com Passagens e Hospedagens; R\$ 262 mil Outras Despesas. Dessa variação, houve o aumento de R\$ 2.999 mil de apropriação da Despesa ao Custo.

(d) Depreciação e Amortização

A variação líquida de R\$ 1.113 mil refere-se, principalmente, ao aumento total de R\$ 3.004 mil de Máquinas e Equipamentos, devido à aquisição de novos equipamentos e constituição de depreciação dos bens com reversão de *impairment*; R\$ 348 de amortização de Software; R\$ 122 mil de Móveis e Utensílios e Computadores e Periféricos; concomitante com a redução de R\$ 72 mil de Instalações e Edifícios. Dessa variação, houve uma redução de R\$ 2.289 mil de apropriação de Despesa ao Custo.

(e) Despesas Tributárias

A variação líquida de R\$ 27 mil refere-se, principalmente, à redução de R\$ 3.066 mil com contribuição de PIS e COFINS; R\$ 768 mil com Perdas Estimadas em Créditos Tributários sobre insumos, conforme explicitado na Nota 7 – (c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS; R\$ 646 mil com Custas Judiciais; concomitante com o aumento de R\$ 667 mil com ICMS sobre importação de insumos; R\$ 3.694 mil com Imposto de Renda; R\$ 49 mil com impostos Federais e Municipais; e R\$ 43 mil de Outras Despesas.

(f) Outras Despesas (Receitas)

A variação líquida de R\$ 38.741 mil, conforme quadro a seguir, refere-se, principalmente:

(i) Nas Despesas, ao aumento de R\$ 34.191 mil Indenização/(Restituição); R\$ 3.656 mil com Perdas Efetiva de Estoque; R\$ 1.075 mil com despesas Comerciais; e R\$ 1.973 mil com outras despesas Administrativas;

(ii) Nas Receitas, a variação de R\$ 62.224 mil com Provisão/(Reversão) Trabalhistas, Cíveis e Tributárias R\$ 10.910 mil com Provisão/(Reversão) Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa; R\$ 3.801 com Crédito Decorrente de Ações Judiciais; e R\$ 2.545 mil com Provisão/(Reversão) com *Impairment*.

OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
DESPESAS COMERCIAIS	8.415	7.340
PROVISÕES TRABALHISTAS, CIVEIS E TRIBUTÁRIAS	(3.964)	58.260
CONSTITUIÇÃO / (REVERSÃO) - PECLD	43.653	54.563
PROVISÃO E PERDA COM ESTOQUE	-	(3.656)
PROVISÃO / (REVERSÃO) COM <i>IMPAIRMENT</i>	(806)	1.739
CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS	(4.175)	(374)
INDENIZAÇÕES/(RESTITUIÇÕES)	8.139	(26.052)
OUTRAS DESPESAS / (RECEITAS)	671	(1.146)
TOTAL	51.933	90.674
VARIAÇÃO LÍQUIDA		(38.741)

22.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS FINANCEIRAS	162.997	146.006
DESPESAS FINANCEIRAS	(38.578)	(32.978)
TOTAL	124.419	113.028

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB, como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias SELIC e atualizações cambiais.

A variação de R\$ 11.391 mil refere-se, basicamente:

a) Nas receitas, ao aumento de R\$ 31.860 mil com Juros sobre o Acordo de Leniência; R\$ 1.554 mil com receita de Dividendos; concomitante à redução de R\$ 8.791 em Variação Cambial Ativa; R\$ 3.221 com Rendimentos de Aplicação Financeira; R\$ 3.756 mil de Juros sobre Impostos e Contribuições a restituir, R\$ 655 mil com Outras Variações;

b) Nas despesas, ao aumento de R\$ 9.028 mil de Variação Cambial Passiva e R\$ 671 mil com IOF; concomitante à redução de R\$ 1.877 mil com Atualização Monetária sobre Dividendos da União; R\$ 2.190 com Serviços, Taxas Bancárias e demais Juros e Variações; e R\$ 32 mil com PIS e COFINS sobre Receita Financeira.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os fatos registrados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido resumem-se às disposições disciplinadas pela Resolução CGPAR/ME nº 32/2022 e ao cumprimento das previsões da lei nº 6.404/1976 envolvendo a constituição da Reserva Legal (Art. 193), a destinação de parte do Lucro como Dividendos (Art. 202) e constituição do Lucro à Disposição da AGO. No exercício de 2025 houve a variação de R\$ 20.153 mil, devido ao resultado do

exercício, destinação de dividendos de 2024 e atualização atuarial, conforme detalhado na Nota 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós emprego.

(a) Benefícios de curto prazo

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original, com base no regime de competência mensal.

A CMB oferta aos seus empregados, dentre outros, os seguintes benefícios classificados como curto prazo: 13º (décimo-terceiro) salário, férias e assistência médico-odontológica.

As provisões dos benefícios de curto prazo serão integralmente liquidadas em até 12 (doze) meses após o período a que se referem as Demonstrações Financeiras.

Os benefícios de curto prazo encontram-se demonstrados na Nota 22 – Demonstração do Resultado do Exercício e na Nota 29 – Principais Transações com Partes Relacionadas.

(b) Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de benefícios previdenciários no âmbito da previdência complementar fechada, classificados na categoria de “benefício definido (BD)” e de “contribuição variável (CV)” e ao “Programa de Desligamento Voluntário (PDV)”. O reconhecimento destes benefícios se dá na forma disposta no Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os benefícios pós-emprego são objeto da Nota 25 – Benefício Pós-Emprego.

A CMB disponibiliza plano de saúde a favor de seus empregados. Dito plano funciona na modalidade de pré-pagamento e de cobrança de valor por faixas etárias. Ressalte-se que mencionado benefício não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos posto que, para fins de precificação, no valor mensal, por faixa etária, não são incluídos os inativos. Por essa razão, o plano foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego.

Para a estimativa das obrigações com benefícios pós-emprego a empregados, a CMB conta com o auxílio de atuários independentes. Conforme trabalhos executados por esses consultores, as obrigações relativas aos benefícios acima mencionados encontram-se assim representadas no Balanço Patrimonial:

PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO - CONSOLIDADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
PBDC	5.571	5.335
MOEDAPREV	-	-
PDV	(2.114)	391
SUBTOTAL PASSIVO CIRCULANTE	3.457	5.726
PBDC	33.797	53.754
MOEDAPREV	-	-
PDV	-	-
SUBTOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	33.797	53.754
TOTAL	37.254	59.480

NOTA 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

São apresentados a seguir os benefícios pós-emprego ofertados pela CMB a seus empregados na forma disposta no Pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados.

(a) Previdência Complementar

A Casa da Moeda do Brasil é patrocinadora de dois planos de benefícios previdenciários, administrados por Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), a Cifrão - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, abreviadamente CIFRÃO, reportada também como Fundo de Pensão, a qual se encontra submetida à legislação específica (Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001), admitido constitucionalmente como complementar ao do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Em observância à legislação, os recursos dos fundos de pensão são constituídos por contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas.

A CMB aderiu ao Plano de Benefício Definido CIFRÃO, abreviadamente PBDC, instituído pela CIFRÃO, cuja principal característica é a de oferecer benefício suplementar ao oferecido do RGPS visando à preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em função de déficit atuarial, e na forma prevista pela Resolução CNPC nº 30/2018, o PBDC conta, presentemente, com dois planos de equacionamento de déficit, o primeiro em relação ao déficit apresentado ao final do exercício de 2020 e o outro com respeito ao déficit apresentado ao final do exercício de 2021. Para esses planos de equacionamento estão previstas contribuições extraordinárias, de assistidos e patrocinadoras, nos percentuais demonstrados adiante. As contribuições extraordinárias do Plano de Equacionamento de Déficit de 2021 estão sendo pagas somente pelos assistidos, pois o plano se encontra sob análise da Secretaria de

Coordenação das Estatais (SEST), devendo o início do pagamento das contribuições extraordinárias da patrocinadora ter início somente após a aprovação pela SEST.

PLANO PBDC - PLANOS DE EQUACIONAMENTOS DE DÉFICIT	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE OS BENEFÍCIOS	VIGÊNCIA
PLANO DE EQUACIONAMENTO DE 2020	18,1000%	ABRIL/2021
PLANO DE EQUACIONAMENTO DE 2021	4,1527%	ABRIL/2023

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, na modalidade de contribuição variável (CV), reunindo características de benefício definido (BD) e de contribuição definida (CD).

O plano prevê benefícios programados, a partir do saldo acumulado de contribuições aportadas e de rendimentos auferidos pelos investimentos, e benefícios de risco, a saber: aposentadoria por invalidez permanente, pensão por morte e auxílio-doença, cujas características são de benefício definido. Com relação ao auxílio-doença, por se tratar de benefício oferecido durante a fase laboral e sob o regime de repartição simples, não se caracteriza como benefícios pós-emprego.

Os principais riscos aos quais se encontram expostos os planos previdenciários, são aqueles decorrentes de desvios das hipóteses atuariais de sobrevivência/mortalidade e taxa de desconto atuarial. Visando mitigar os riscos atuariais, é realizado acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas, mediante realização de testes de aderência. A CIFRÃO conta com programa de gestão de riscos que visa identificar, analisar, avaliar, monitorar e controlar os riscos atuariais, desmembrados em riscos biométricos (associados aos eventos de mortalidade geral de válidos, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos), riscos financeiros (riscos de mercado, de crédito, de liquidez), riscos demográficos (associados com alterações na previsão de data de aposentadoria e outros movimentos verificados na base cadastral) e riscos econômicos (associados com a inflação projetada) da base cadastral. Também os planos estão sujeitos a riscos ligados à gestão da CIFRÃO, a exemplo de risco legal e operacional.

As políticas de investimentos dos planos PBDC e MoedaPrev são elaboradas observando-se os limites para aplicação dos recursos garantidores dispostos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, elaboradas anualmente de forma obrigatória, contemplando necessariamente o período futuro de 5 (cinco) anos, coincidente com o ano civil, objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da CIFRÃO antecipadamente ao início de sua vigência quinquenal. As políticas de investimentos objetivam servir de ferramenta de planejamento, visando orientar as aplicações dos investimentos visando retornos plausíveis de obtenção, frente à meta atuarial dos planos PBDC e MoedaPrev, observados, ainda, adequados níveis de prudência e princípios de governança, segurança, solvência, liquidez e transparência, de forma a atender a meta atuarial dos planos.

Para os planos de benefícios foram estipuladas as seguintes metas atuariais.

PLANOS	PLANO PBDC	PLANO MOEDAPREV
META ATUARIAL	INPC+7,50% A.A.	INPC+7,34% A.A.

Os ativos do plano são administrados pela própria CIFRÃO, que conta com áreas específicas para gestão dos investimentos, e por intermédio de gestores contratados. A política de investimento dos planos de benefícios, incluindo o Plano de Gestão Administrativa (PGA), consideram os resultados de estudo de *Asset Liability Management* (ALM), que tem como objetivo, a partir do casamento entre ativos e passivos dos fluxos previdenciários, reduzir o risco de déficit ao longo do tempo, e, também, o Estudo de Fronteira Eficiente, que tem como meta verificar a composição de carteira visando uma a melhor relação de retorno ajustado ao risco. A CIFRÃO desenvolve ações que buscam identificar oportunidades de mercado que confirmam aos planos maior aderência às obrigações do passivo para que a meta atuarial seja alcançada.

A governança da CIFRÃO é formada por quatro colegiados: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos. O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal são compostos por membros eleitos pelos participantes e assistidos e por indicação da Casa da Moeda do Brasil. O Conselho Deliberativo é responsável pela definição da política geral de administração dos planos, estabelecendo políticas e diretrizes de organização, funcionamento, administração e operação. O Conselho Fiscal atua na fiscalização dos resultados da CIFRÃO, cabendo entre outros, analisar as Demonstrações Financeiras e avaliar os mecanismos de governança. Cabe à Diretoria Executiva executar as políticas e diretrizes determinadas pelo Conselho Deliberativo, mediante decisões fundamentadas em análises técnicas. O Comitê de Investimentos tem como finalidade analisar propostas de investimento e assessorar o Conselho Deliberativo na gestão dos investimentos dos planos.

A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes reunidos e provenientes das contribuições aportadas e rendimentos correspondentes. Por conseguinte, as premissas atuariais não interferem diretamente no valor da provisão, o qual corresponde ao saldo acumulado na conta do participante, incluindo as contribuições da patrocinadora CMB. Sendo assim, não há ganhos ou perdas atuariais em razão das parcelas CD do plano de benefícios, de modo que toda a movimentação correspondente à parte do plano com características de contribuição definida é reconhecida como despesa do exercício, encontrando-se demonstradas nas notas relativas ao plano MoedaPrev.

Nesta Nota somente foram avaliados os benefícios do plano com características de benefício definido.

Em síntese, os programas de benefícios previdenciários patrocinados pela CMB oferecem os seguintes benefícios previdenciários:

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	
PBDC	MOEDAPREV
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO (OU CONTRIBUIÇÃO)	APOSENTADORIA PROGRAMADA
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR VELHICE (IDADE)	
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL	
BENEFÍCIO DE PENSÃO	BENEFÍCIO DE PENSÃO
BENEFÍCIO DE ABONO ANUAL	BENEFÍCIO DE ABONO ANUAL
SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA	SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ⁽¹⁾

(1) Os benefícios previdenciários dos planos PBDC e MoedaPrev são classificados como Benefícios Pós-Emprego, exceto a suplementação de auxílio-doença.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, foi utilizado, obrigatoriamente, conforme prescreve o Pronunciamento CPC 33(R1), o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pro rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera que cada período de serviço prestado pelo empregado dá origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e, ademais, mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Os ativos dos planos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o preço que seria obtido pela venda de um ativo ou pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre os participantes do mercado, e representam o montante de recursos aplicado pelos participantes e patrocinadores e seus respectivos rendimentos, tendo como objetivo fazer face às obrigações atuariais.

As premissas atuariais foram definidas considerando as melhores estimativas da CMB frente a variáveis que determinam o custo final dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.

Para os cálculos atuariais, foram definidas as seguintes premissas atuariais:

ITEM	PLANO PBDC		PLANO MOEDAPREV		PDV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PREMISSAS DEMOGRÁFICAS						
MORTALIDADE DE VÁLIDOS	AT-83 BASIC, SEGREGADA POR SEXO					
MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	WINKELEVOSS D40%				NÃO SE APLICA (1)	
ENTRADA EM INVALIDEZ	ÁLVARO VINDAS D30%					
TAXA DE ROTATIVIDADE	NULA					
IDADE DE APOSENTADORIA (3)	56 ANOS		NÃO SE APLICA			
COMPOSIÇÃO FAMILIAR (2)	ATIVOS E APOSENTADOS					

	70% DOS PARTICIPANTES SÃO CASADOS, A ESPOSA É 04 (QUATRO) ANOS MAIS JOVEM, COM 2 (DOIS) FILHOS DEPENDENTES CUJA MAIORIDADE DO MAIS JOVEM SERÁ ALCANÇADA QUANDO O PARTICIPANTE ATINGE 55 (CINQUENTA E CINCO) ANOS					NÃO SE APLICA
	PENSIONISTAS					
	FAMÍLIA REAL					NÃO SE APLICA
PREMISSAS FINANCEIRAS						
TAXA REAL DE DESCONTO	7,50%	7,60%	7,49%	7,34%	8,06%	5,62%
TAXA DE INFLAÇÃO DE LONGO PRAZO (3)	3,50%	3,83%	3,83%	3,50%	3,80%	3,83%
TAXA DE INFLAÇÃO DE CURTO PRAZO (3)	4,05%	4,96%	4,96%	4,05%	4,05%	4,96%
CRESCIMENTO REAL DOS SALÁRIOS	1,17%	1,17%	1,17%	1,17%	NÃO SE APLICA	
CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	NÃO SE APLICA	
HCCTR	NÃO SE APLICA					
AGING FACTOR	NÃO SE APLICA					
DEMAIS PREMISSAS						
FATOR DE CAPACIDADE DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS (3)	98,44%	98,30%	98,30%	98,44%	98,31%	98,30%
DURAÇÃO (DURATION) DO PASSIVO						
PARA DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
DURATION (EM ANOS)	8,31	7,85	8,23	10,18	1,83	0,04
NA DATA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
DURATION (EM ANOS)	7,41	8,31	10,07	10,18	1,83	0,04

Em 31/12/2025, o valor presente das obrigações da CMB com benefícios pós-emprego era de R\$ 308.875 mil. Por sua vez, os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 246.024 mil, revelando, assim, obrigação líquida deficitária, de R\$ 62.851 mil, que, após o compartilhamento de riscos do plano PBDC, importa no déficit de R\$ 39.368 mil, visto que o plano MoedaPrev apresenta resultado superavitário não passível de reconhecimento, conforme a seguir:

ITEM	(EM R\$ MIL)		
	PLANO PBDC	PLANO MOEDAPREV	TOTAL
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(233.742)	(75.133)	(308.875)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	158.047	87.977	246.024
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(75.695)	12.844	(62.851)
EFEITO DO TETO DO ATIVO		(12.844)	(12.844)
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	36.327	-	36.327
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO	(39.368)	-	(39.368)

Comparativamente ao exercício de 2024, nota-se redução no valor dos passivos dos planos previdenciários, explicada, em parte, pela redução do valor presente da obrigação atuarial do PBDC e pela dedução do valor presente de contribuições extraordinárias futuras de assistidos do mesmo plano, que contribuiu para a redução do passivo atuarial líquido após a aplicação do *risk sharing*. Ainda com relação ao plano PBDC, a redução no valor presente da obrigação atuarial (VPOA), entre 31/12/2024 e 31/12/2025, de R\$ 67.284 mil, pode ser explicada pelos ajustes de experiência, vez que, em direção contrária, ocorreu redução da taxa de desconto atuarial.

ITEM	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	PLANO PBDC		PLANO MOEDAPREV	
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(233.742)	(301.026)	(75.133)	(64.340)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	158.047	184.817	87.977	86.636
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(75.695)	(116.209)	12.844	22.296
EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	(12.844)	(22.296)
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	36.327	57.121	-	-
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO	(39.368)	(59.088)	-	-

As movimentações no Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Valor Justo dos Ativos, bem como no *Risk Sharing*, do plano PBDC encontram-se sintetizadas no quadro abaixo:

ITEM	EM R\$ MIL		
	31/12/2024	31/12/2025	PROJEÇÃO 31/12/2026
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(340.309)	(301.026)	(233.742)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(43)	(31)	(17)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(28.860)	(43.301)	(23.624)

BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	32.086	33.107	34.448
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	36.100	77.509	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(301.026)	(233.742)	(222.935)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS(VJA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	180.273	184.817	158.047
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	15.383	30.441	16.793
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.847	7.892	8.213
NORMAIS	2.677	2.538	2.642
EXTRAORDINÁRIAS	5.170	5.354	5.571
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS	2.585	2.747	2.863
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE PARTICIPANTES	5.691	6.583	6.991
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(32.086)	(33.107)	(34.448)
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	5.124	(41.324)	-
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	184.817	158.047	158.459
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(160.036)	(116.209)	(75.695)
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(116.209)	(75.695)	(64.476)
RISK SHARING NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	83.530	57.121	36.327
JUROS SOBRE RISK SHARING	7.034	6.495	3.553
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-	-	9
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	(2.563)	(2.725)	(2.863)
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE PARTICIPANTES	(5.691)	(6.583)	(6.991)
MUDANÇA NO RISK SHARING	(25.190)	(17.982)	3.498
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS	-	-	-
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	57.121	36.327	33.534
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(76.506)	(59.089)	(39.368)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(59.088)	(39.368)	(30.943)

Ao final do exercício o plano PBDC apresenta o seguinte perfil de participantes ativos, aposentados e pensionistas:

ITEM	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nº DE EMPREGADOS /APOSENTADOS/ PENSIONISTAS	18	18	422	417	117	122
IDADE MÉDIA	62,28	61,68	73,44	72,44	79,69	78,73
TEMPO MÉDIO DE EMPRESA (ANOS)	37,01	36,67	-	-	-	-
SALÁRIO MÉDIO (ATIVOS)/BENEFÍCIO MÉDIO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) - EM R\$	14.370,74	13.963,24	4.901,52	4.738,22	3.644,52	3.292,92

Em 31/12/2024 e 31/12/2025, a composição dos ativos do plano PBDC, por nível de risco, é a seguinte:

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2025			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	143.780	-	-	143.780
RENDA VARIÁVEL	-	8.610	-	8.610
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	2.170	2.170
OFND'S	-	-	3.487	3.487
TOTAL	143.780	8.610	5.657	158.047

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2024			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	172.140	-	-	172.140
RENDA VARIÁVEL	-	6.734	-	8.872
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	3.675	3.675
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	2.268	2.268
OFND'S	-	-	-	-
TOTAL	172.140	6.734	5.943	184.817

A representatividade de cada categoria de ativo está apresentada abaixo:

ATIVOS POR CATEGORIA (%)	31/12/2025	31/12/2024
RENDA FIXA	90,97%	93,14%
RENDA VARIÁVEL	5,45%	3,64%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,37%	1,99%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2,21%	1,23%
OFND'S	0,00%	0,00%
TOTAL EM PERCENTUAL	100,00%	100,00%

Considerando as avaliações atuariais apresentadas por consultoria contratada pela CMB, as projeções para 2026 de benefícios, contribuições e (despesa)/receita para o PBDC são:

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES PROJETADOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
--	--------------

	31/12/2025
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.126
NORMAIS	2.642
EXTRAORDINÁRIAS	5.571
PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	913
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	10.791
NORMAIS	2.863
EXTRAORDINÁRIAS	6.991
PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	937
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(34.448)

(DESPESA)/RECEITA PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (A)	(8)
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (B) = (C) + (D) + (E)	(3.278)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (C)	(23.624)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (D)	16.793
JUROS SOBRE RISK SHARING (E)	3.553
TOTAL DA (DESPESA)/RECEITA A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	(3.286)

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes (ORA):

MOVIMENTAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	EM R\$ (MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(9.725)	(25.758)
REMENSURAÇÕES DO VALOR LÍQUIDO DE PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO NO ANO (B) = (C) + (H) + (I)	18.203	16.033
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F) + (G)	77.509	36.099
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ (D)	-	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO (E)	(1.539)	55.140
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	79.048	(19.041)
DECORRENTES DA REVISÃO DA ESTIMATIVA DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO (G)	-	-
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (H)	(41.324)	5.124
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING (I)	(17.982)	(25.190)
SALDO DE ORA NO FINAL DO EXERCÍCIO (J) = (A) + (B)	8.478	(9.725)

A composição dos Ganhos/Perdas sobre o VPOA, encontra-se a seguir resumida:

COMPOSIÇÃO DE GANHOS E PERDAS SOBRE VPOA	EM R\$ (MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (A) = (B) + (C) + (D) + (E)	77.509	36.099
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (B)	-	-
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (C)	(1.539)	55.140
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO	(1.539)	55.140
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (D)	79.048	(19.041)
DECORRENTES DA REVISÃO DA ESTIMATIVA DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO (E)	-	-

Os valores reconhecidos em Resultado encontram-se demonstrados abaixo:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	EM R\$ (MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (A) = (B) + (E) + (I)	(6.374)	(6.464)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (B) = (C) + (D)	(9)	(21)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (C)	(31)	(43)
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS (D)	22	22
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (E) = (F) + (G) + (H)	(6.365)	(6.443)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (F)	(43.301)	(28.860)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (G)	30.441	15.383
JUROS SOBRE RISK SHARING (H)	6.495	7.034
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS (I)	-	-

Além dos valores acima demonstrados em 31/12/2025, encontra-se reconhecido em despesas parte das contribuições destinadas à cobertura do custeio administrativo, conforme abaixo:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	874
TOTAL	874

De todas as apurações atuariais, o passivo líquido ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

RECONCILIAÇÃO DO VALOR DO (PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL	(EM R\$ MIL)
--	--------------

LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31/12/2024	31/12/2024
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(59.088)	(76.506)
VALORES RECONHECIDOS EM ORA (B) = (C) + (D) + (E)	18.203	16.034
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C)	77.509	36.100
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (D)	(41.324)	5.124
MUDANÇA NO RISK SHARING (E)	(17.982)	(25.190)
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (F) = (G) + (J)	(6.374)	(6.464)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (G) = (H) + (I)	(9)	(21)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (H)	(31)	(43)
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS (I)	22	22
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (J) = (K) + (L) + (M)	(6.365)	(6.443)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (K)	(43.301)	(28.860)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (L)	30.441	15.383
JUROS SOBRE RISK SHARING (M)	6.495	7.034
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS (N)	-	-
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (O)	7.892	7.848
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO (A) + (B) + (F) + (N) + (O)	(39.368)	(59.088)

A reconciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial (VPOA), do Valor Justos dos Ativos (VJA) e do *Risk Sharing* com o Passivo Líquido, encontra-se demonstrado no quadro abaixo:

RECONCILIAÇÃO	31/12/2023			31/12/2022	
	VPOA ⁽¹⁾	VJA ⁽²⁾	RISK SHARING	(PASSIVO) / ATIVO LÍQUIDO TOTAL	
VALOR NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(301.026)	184.817	57.121	(59.088)	(76.506)
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	33.107	(33.107)	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE PARTICIPANTES	-	6.583	(6.583)	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(43.332)	33.188	(2.725)	(12.869)	(13.498)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(31)	-	-	(31)	(43)
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS	-	2.747	(2.725)	22	22
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS	(43.301)	30.441	-	(12.860)	(6.443)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(43.301)	-	-	(43.301)	(28.860)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	-	30.441	-	30.441	15.383
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	-	-	7.034
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	-	-	-
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS	-	-	-	-	-

VALORES RECONHECIDOS EM ORA	77.509	(41.324)	(17.982)	18.203	16.034
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	77.509	-	-	77.509	36.100
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	-	(41.324)	-	(41.324)	5.124
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING	-	-	(17.982)	(17.982)	(25.190)
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	-	7.892	-	7.892	7.847
NORMAIS	-	2.538	-	2.538	2.532
EXTRAORDINÁRIAS	-	5.354	-	5.354	5.214
VALOR NO FINAL DO EXERCÍCIO	(233.742)	158.049	29.831	(45.862)	(66.123)

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o perfil de vencimento do valor presente da obrigação atuarial:

PERFIL DE VENCIMENTO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2026	(25.823)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2027	(23.413)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2028	(21.249)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2029	(19.212)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS APÓS O EXERCÍCIO DE 31/12/2029	(144.045)
TOTAL	(233.742)
<i>DURATION (ANOS)</i>	7.41

Conforme atuários contratados, a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes encontra-se exposta na tabela abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	REAL	TAXA DE DESCONTO		CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS	
		-1,00%	+1,00%	-1,00%	+1,00%
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	(233.742)	(250.243)	(219.173)	(233.925)	(234.443)
VARIAÇÕES %		7,06%	-6,23%	0,08%	0,30%

As movimentações no Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Valor Justo dos Ativos, bem como no *Risk Sharing*, podem ser sintetizadas conforme o quadro abaixo:

ITEM	VALORES (EM R\$ MIL)		
	31/12/2024	31/12/2025	PROJEÇÃO 31/12/2026
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(75.133)	(64.340)	(67.852)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(480)	(275)	(364)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(6.475)	(7.399)	(7.124)

BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	6.321	6.632	6.899
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	11.428	(2.469)	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(64.340)	(67.852)	(68.439)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS(VJA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	87.977	86.636	90.290
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	7.827	10.474	9.912
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	748	633	666
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	255	97	749
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(6.321)	(6.632)	(6.899)
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	(3.854)	(920)	-
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	86.636	90.290	94.716
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	12.844	22.296	22.438
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	22.296	22.438	26.277
RISK SHARING NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	-	-	-
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	-
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	-	-
MUDANÇA NO RISK SHARING	-	-	-
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	-	-	-
EFEITO DO TETO DO ATIVO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(12.844)	(22.295)	(22.439)
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO	(1.352)	(3.075)	(2.788)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-	-	199
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	-	(749)
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DO ATIVO	(8.099)	2.932	(501)
EFEITO DO TETO DO ATIVO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(22.295)	(22.439)	(26.277)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	12.844	22.295	-
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	-	-

Ao final do exercício, o MoedaPrev apresenta o seguinte perfil de participantes ativos, aposentados e pensionistas:

ITEM	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nº DE EMPREGADOS /APOSENTADOS/ PENSIONISTAS	717	657	285	290	150	149
IDADE MÉDIA	48,35	48,45	73,25	72,32	77,41	76,84
TEMPO MÉDIO DE EMPRESA (ANOS)	8,45	8,27	-	-	-	-
SALÁRIO MÉDIO (ATIVOS)/BENEFÍCIO MÉDIO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) - EM R\$	14.810,15	14.306,22	2.825,19	2.689,02	2.541,15	2.418,14

Em 31/12/2024 e 31/12/2025, a composição dos ativos por categoria e nível de risco do plano MoedaPrev é a seguinte:

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2025			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	71.980	-	-	71.980
RENDA VARIÁVEL	-	3.832	-	3.832
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	3.058	3.058
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	653	653
OFND'S	10.768	-	-	-
TOTAL	82.748	3.832	3.711	90.291

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2024			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	73.399	-	-	73.399
RENDA VARIÁVEL	-	9.269	-	9.269
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	3.238	3.238
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	729	729
OFND'S	-	-	-	-
TOTAL	72.858	9.269	3.967	86.635

A representatividade de cada categoria de ativo está apresentada abaixo:

ATIVOS POR CATEGORIA (%)	31/12/2025	31/12/2024
RENDA FIXA	79,72%	84,72%
RENDA VARIÁVEL	4,24%	10,70%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3,39%	3,74%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0,72%	0,84%
OFND'S	11,93%	0,00%
TOTAL EM PERCENTUAL	100,00%	100,00%

Considerando as avaliações atuariais apresentadas por consultoria contratada pela CMB, as projeções para 2026 de benefícios, contribuições e (despesa)/receita para o MoedaPrev são:

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES PROJETADOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.320
PARA PARTE CD DO PLANO E RESPECTIVO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA PARTE CD	9.602
PARA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO	666
CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARTE BENEFÍCIOS DE RISCO	52
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	5.281
PARA PARTE CD DO PLANO E RESPECTIVO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA PARTE CD	11.373
PARA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO	749
CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARTE BENEFÍCIOS DE RISCO	58
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(6.899)

(DESPESA)/RECEITA PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (A)	(164)
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (B) = (C) + (D) + (E) + (F)	-
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (C)	(7.124)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (D)	9.912
JUROS SOBRE RISK SHARING (E)	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO (F)	(2.788)
TOTAL DA (DESPESA)/RECEITA A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	(164)

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes:

MOVIMENTAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(4.026)	(3.502)
REMENSURAÇÕES DO VALOR LÍQUIDO DE PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO NO ANO (B) = (C) + (H) + (I) + (J)	(456)	524
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F) + (G)	(2.469)	11.428
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ (D)	-	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO (E)	10.231	13.742
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	(12.700)	(2.314)
MOVIMENTAÇÃO DE INATIVOS (G)	-	-
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (H)	(919)	(3.853)
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING (I)	-	-
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DE ATIVO (J)	2.932	(8.099)
SALDO DE ORA NO FINAL DO EXERCÍCIO (H) = (A) + (B)	(4.482)	(4.026)

A composição dos Ganhos/Perdas sobre o VPOA, encontra-se a seguir resumida:

COMPOSIÇÃO DE GANHOS E PERDAS SOBRE VPOA	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (A) = (B) + (C) + (D) + (E)	(2.469)	11.428
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (B)	-	-
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (C)	10.231	13.742
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO	10.231	13.742
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (D)	(12.700)	(2.314)
MOVIMENTAÇÃO DE INATIVOS (E)	-	-

Os valores reconhecidos em Resultado encontram-se demonstrados abaixo:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (A) = (B) + (E)	(3.253)	(1.577)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (B) = (C) + (D)	(178)	(225)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (C)	(275)	(480)
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES (D)	97	255
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (E) = (F) + (G) + (H) + (I)	-	-
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (F)	(7.399)	(6.475)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (G)	10.474	7.827
JUROS SOBRE RISK SHARING (H)	-	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO (I)	(3.075)	(1.352)

Além dos valores acima demonstrados, encontram-se reconhecidas em despesas as contribuições destinadas à parte do plano com características de contribuição definida, inclusive aquelas destinadas ao custeio administrativo do plano:

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - PARTE CD E CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - PARTE CD E CUSTEIO ADMINISTRATIVO	9.171

De todas as apurações atuariais, o passivo ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

RECONCILIAÇÃO DO VALOR DO (PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM ORA (B) = (C) + (D) + (E) + (F)	(457)	(525)
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C)	(2.469)	11.428
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (D)	(920)	(3.854)
MUDANÇA NO RISK SHARING (E)	-	-
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DO ATIVO (F)	2.932	(8.099)
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (G) = (H) + (K)	(3.253)	(1.577)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (H) = (I) + (J)	(178)	(225)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (I)	(275)	(480)
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES (J)	97	255
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (K) = (L) + (M) + (N) + (O)	-	-
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (L)	(7.399)	(6.475)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (M)	10.474	7.827
JUROS SOBRE RISK SHARING (N)	-	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO (O)	(3.075)	(1.352)
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (P)	633	748
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO = (A) + (B) + (G) + (P)	(3.077)	(1.354)

As reconciliações do Valor Presente da Obrigação Atuarial (VPOA), do Valor Justos dos Ativos (VJA) e do *Risk Sharing* com o Passivo Líquido encontram-se demonstradas no quadro abaixo:

RECONCILIAÇÃO	31/12/2025				31/12/2024	
	VPOA ⁽¹⁾	VEJA ⁽²⁾	RISK SHARING	EFEITO DE TETO DO ATIVO	(PASSIVO) / ATIVO LÍQUIDO TOTAL	
VALOR NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(64.340)	86.636	-	(22.295)	-	-
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	6.631	(6.631)	-	-	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(7.674)	10.571	-	(3.075)	(178)	(255)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(275)	-	-	-	(275)	(480)
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	97	-	-	97	255
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS	(7.399)	10.474	-	(3.075)	-	-
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(7.399)	-	-	-	(7.399)	(6.475)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	-	10.474	-	-	10.474	7.827
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	-	-	-	(1.352)

JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	-	(3.075)	(3.075)	-
VALORES RECONHECIDOS EM ORA	(2.469)	(920)	-	2.932	(457)	(525)
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	(2.469)	-	-	-	(2.469)	11.428
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	-	(920)	-	-	(920)	(3.854)
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING	-	-	-	-	-	-
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DE ATIVO	-	-	-	2.932	2.932	(8.099)
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	-	633	-	-	633	748
VALOR NO FINAL DO EXERCÍCIO	(67.825)	90.289	-	(22.438)	(2)	(2)

(1) Valor Presente da Obrigação Atuarial

(2) Valor Justo dos Ativos

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o perfil de vencimento do valor presente da obrigação atuarial:

PERFIL DE VENCIMENTO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2026	(5.085)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2027	(4.863)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2028	(4.625)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2029	(4.378)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS APÓS O EXERCÍCIO DE 31/12/2029	(48.901)
TOTAL	(67.852)
<i>DURATION (ANOS)</i>	10,18

Conforme atuários contratados, a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes encontra-se exposta na tabela abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	REAL	TAXA DE DESCONTO		CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS	
		-1,00%	+1,00%	-1,00%	+1,00%
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	(67.852)	(69.953)	(59.520)	(63.313)	(65.323)
VARIAÇÕES %		3,10%	-12,28%	-6,69%	-3,73%

(b) Plano de Desligamento Voluntário – PDV

Foram ofertados pela CMB, em 2017, 2019 e 2022, 3 (três) Planos de Desligamento Voluntário (PDV), os quais objetivaram incentivar a adequação do quadro funcional à nova realidade da

Empresa, bem como proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV de 2017 foi encerrado em 2022. O PDV de 2019 foi encerrado em 2023. O PDV 2022 foi encerrado em janeiro/2025. Por último, em 2025 foi disponibilizado o PDV – CMB 2025. Dessa forma, as obrigações dimensionadas dizem respeito ao PDV – CMB 2025, resumido adiante:

- Destinado a todos os empregados da CMB, que atendiam aos requisitos definidos no seu Regulamento, na data de referência de 01/09/2025;
- Oferta de plano de saúde para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, e dependentes pelo mesmo período, mediante coparticipação mensal no valor de 20% do valor das mensalidades praticadas no plano básico, conforme condições estabelecidas no Anexo I, do Regulamento PDV – CMB 2025. Para os empregados que tenham condições de adesão ao artigo 31 da Lei 9.656/98, é facultada a opção de reembolso de 80% das mensalidades praticadas no Plano Básico nos mesmos prazos citados. As diferenças de valores decorrentes de Planos Superiores são de integral custeio do ex-empregado;
- Possibilidade de substituir, no momento da adesão, o plano de saúde oferecido por indenização pecuniária parcelada, por até 24 (vinte e quatro) meses, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) e nas condições estabelecidas no Anexo II do Regulamento PDV – CMB 2025;
- Indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios, sendo considerado para o referido cálculo os depósitos efetuados até o mês anterior ao da rescisão;
- Indenização equivalente ao valor referente ao “Aviso Prévio” proporcional, calculado de acordo com a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, ou seja, mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações, dependendo do tempo de Empresa do empregado;
- Adicional de 10% sobre o valor das verbas de Rescisão sem Justa Causa – RSJC, a depender se houver Acordo com o Sindicato; ou 5% caso não haja Acordo com o Sindicato;
- O valor total máximo a ser pago ao empregado aderente não poderá ser superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias, ao 13º salário e saldo de salário;
- O valor mínimo a ser pago ao empregado aderente não poderá ser inferior a R\$30.000,00 (trinta mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias, ao 13º salário e saldo de salário;
- Os desligamentos deverão ocorrer até a data limite de execução (31/03/2026) e terá apenas 1 (uma) turma;

- Conforme reza o item 2.13 do Anexo I do Regulamento do PDV CMB - 2025, decorridos 12 (doze) meses da demissão, será facultado aos ex-empregados a alteração da opção do plano de saúde para a opção por indenização pecuniária, prevista no Anexo II. Após alteração, não será permitido o retorno à opção original – Plano de Saúde, sob qualquer argumento.

Os empregados que aderiram à oferta de plano de saúde, bem como aqueles que optaram pela indenização pecuniária, cujos benefícios são considerados pós-emprego, encontram-se quantificados no quadro adiante:

ITEM	BENEFICIÁRIOS DO PLANO MÉDICO		BENEFICIÁRIOS DA INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	67	16	30	-
IDADE MÉDIA (ANOS)	57,72	64,64	60,04	-
TEMPO MÉDIO PARA EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO	1,92	0,08	1,92	-
VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO (R\$)	999,62	1.069,07	1.000,00	-

A variação nas obrigações com os Planos de Demissão Voluntária da CMB decorre da liquidação das obrigações e às variações atuariais apuradas pelos atuários independentes contratados, conforme síntese a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E DOS ATIVOS FINANCEIROS	(EM R\$ MIL)		
	31/12/2024	31/12/2025	PROJEÇÃO 31/12/2026
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(391)	(17)	(2.114)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	2	2-	128
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	257	37	1.087
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	114	(2.137)	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(17)	(2.114)	(899)
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(391)	(17)	(2.114)
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(17)	(2.114)	(899)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(391)	(17)	(2.114)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(17)	(2.114)	(899)

As projeções de benefícios e (despesa)/receita projetadas para o PDV em 2025 são:

BENEFÍCIOS PROJETADOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(1.087)

Para o próximo exercício as projeções são inexpressivas sob o ponto de vista de divulgação:

ITEM	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(2.114)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	-
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(2.114)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO	(2.114)

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Resultado e Outros Resultados Abrangentes:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	-	2
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	-	2
MOVIMENTAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	11.658	11.544
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F)	(2.135)	114
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ (D)	-	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO (E)	50	-
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	(2.185)	114
SALDO DE ORA NO FINAL DO EXERCÍCIO (G) = (A) + (C)	9.523	11.658

De todas as apurações atuariais, o passivo atuarial líquido ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

RECONCILIAÇÃO DO VALOR DO (PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(17)	(391)
VALORES RECONHECIDOS EM ORA (B) = (C)	(2.135)	114
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F)	(2.135)	114
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (D)	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (E)	50	-
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	(2.185)	114
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (G) = (H)	-	2
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (H) = (I)	-	2
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (I)	-	2
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO (J)	37	257

(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO = (A) + (B) + (G) + (J)	(2.114)	(17)
---	---------	------

A composição dos (ganhos)/perdas do passivo/(ativo) de benefício definido do exercício, encontra-se a seguir resumida:

COMPOSIÇÃO DE GANHOS E PERDAS SOBRE VPOA	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2025	31/12/2024
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (A) = (B) + (C) + (D)	(2.135)	114
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (B)	-	-
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (C)	50	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO	50	-
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (D)	(2.185)	114
TOTAL	(2.135)	114

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o perfil de vencimento do valor presente da obrigação atuarial:

PERFIL DE VENCIMENTO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2025
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2026	(1.087)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2027	(1.027)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS APÓS O EXERCÍCIO DE 2027	-
TOTAL	(2.114)
DURATION (ANOS)	1,83

Conforme atuários contratados, a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes encontra-se exposta na tabela abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	(EM R\$ MIL)	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE	
		-0,25%	+0,25%	SUAVIZADA EM 10%	AGRAVADA EM 10%
		VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	(2.114)	(2.119)	(2.109)
VARIAÇÕES %		23,65%	-23,52%	18,81%	-18,76%

NOTA 26 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) e com base no relatório atuarial da empresa de consultoria VESTING, demonstramos abaixo a conciliação de “Outros Resultados Abrangentes”, cujos ganhos e perdas estão calculados de acordo com os itens 56 a 60 – Reconhecimento e Mensuração – do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1),

emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Resolução CVM Nº 110 de 20 de maio de 2022.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADO	31/12/2025	31/12/2024
SALDO INICIAL	(2.092)	(17.716)
PBDC	(279)	16.034
MOEDAPREV	(2.137)	(524)
PDV	(456)	114
SALDO FINAL	(4.964)	(2.092)

NOTA 27 – CONTRATO DE SEGUROS

A Empresa mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

	(EM R\$ MIL)
RAMO	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÕES
INCÊNDIO INCLUSIVE DECORRENTE DE TUMULTOS, QUEDA DE RAIOS, EXPLOSÃO DE QUALQUER NATUREZA E IMPLOÇÃO	700.000
DANOS ELÉTRICOS	50.000
DERRAME D'ÁGUA LÍQUIDA DE SPRINKLERS	40.000
RC GERAL - OPERAÇÕES	9.700
RC - VEÍCULOS TERRESTRES DE TERCEIROS	300
AUTOMÓVEL (CASCO)	Tabela FIPE 100%
VIDA EM GRUPO	300

NOTA 28 – FATO RELEVANTE

DESVINCULAÇÃO DA RECEITA DA UNIÃO - DRU

A Casa da Moeda do Brasil recebe os valores referente ao programa SCORPIOS através da Portaria MF 480/2018, que disciplinou os procedimentos no âmbito Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais.

O reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado em 70% da leitura/contagem mensal, devido à retenção de 30% da DRU, conforme Emenda Constitucional nº 93/2016.

Ajuizada ação, a CMB obteve liminarmente, por meio de agravo de instrumento, a suspensão da retenção da DRU sobre as receitas do SICOBE e SCORPIOS. Não obstante, diante do risco de devolução dos valores que não foram retidos, na hipótese da superveniência de uma sentença de improcedência, a CMB decidiu constituir passivo circulante.

A sentença de improcedência dos pedidos da CMB, que se concretizou posteriormente, produziu como efeito direto e imediato a revogação da liminar concedida pelo Tribunal, bem como a possibilidade de devolução dos valores que não foram retidos.

CMB interpôs apelação, que teve antecipação de tutela recursal favorável para que a União continuasse a se abster de reter a DRU sobre o produto da arrecadação das taxas que remuneram os serviços dessa empresa pública.

No mérito, por unanimidade, o TRF2 deu provimento à apelação da CMB, confirmando a antecipação da tutela recursal dada e reformando a sentença desfavorável, para determinar que a União continuasse a se abster de reter a DRU. O acórdão está pendente de julgamento de embargos opostos pela União.

NOTA 29 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Casa da Moeda do Brasil mantém relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, nos termos definidos em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, no Pronunciamento Técnico nº 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata da Divulgação sobre Partes Relacionadas, e na Resolução CGPAR/ME nº 30, de 04 de agosto de 2022.

Essa política orienta que as decisões envolvendo Partes Relacionadas assegurem o atendimento dos interesses da Casa da Moeda do Brasil, com alinhamento às exigências legais e de melhores práticas de Governança Corporativa, atendimento aos requisitos de transparência e mitigando o risco de conflitos de interesses. Segundo a Política, são princípios de observância obrigatória:

- a) Competitividade: os preços e as condições dos serviços na contratação de partes relacionadas devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- b) Conformidade: os serviços prestados devem estar aderentes aos termos e responsabilidades contratuais praticados;
- c) Transparência: é imperativo que se dê a devida transparência aos contratos realizados com as partes relacionadas. As informações destas transações devem ser disponibilizadas às partes interessadas e não devem se restringir àquelas impostas por leis e regulamentos;
- d) Equidade: contratos entre CMB e o controlador ou partes relacionadas devem estar alinhados aos interesses de todos os sócios e demais partes interessadas;
- e) Comutatividade: as transações com partes relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes.

29.1 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

(a) Transações Envolvendo Entidades Vinculadas ou Controladas pela União

A seguir apresentam-se as entidades que mantém relacionamento com a CMB que são majoritariamente associados à operacionalização de políticas públicas:

		VALORES (EM R\$ MIL)
ENTIDADE	PRODUTO	FATURAMENTO 31/12/2025
Banco Central do Brasil	Fornecimento de Cédulas e Moedas do meio circulante	745.076
Departamento de Polícia Federal	Fabricação e personalização de cadernetas de passaportes brasileiros	332.154
Receita Federal do Brasil	Selos Fiscais	192.908
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Fornecimento de Selos Postais	137
MRE - Ministério de Relações Exteriores	Fornecimento de cadernetas de passaporte e outros materiais de segurança	54.380
TOTAL		1.324.655

As transações envolvem os seguintes produtos e serviços: fornecimento do meio circulante nacional, impressão do passaporte brasileiro, serviços de controle de produção de cigarros e impressão de selos postais.

Ressalte-se que, em 2025, a CMB cumpriu integralmente seus contratos, exceto pelo acordo estabelecido com o BACEN, por meio do qual as partes pactuaram a postergação da entrega de parte do programa para o exercício de 2026. Tal ajuste ocorreu de maneira formal e consensual, sem que a Empresa tenha assumido obrigações ou responsabilidades em condições diversas daquelas praticadas por sociedades do setor privado que atuam no mesmo mercado.

(b) Banco do Brasil

Eventualmente a Casa da Moeda do Brasil contrata o Banco do Brasil, instituição financeira controlada pela União, para o atendimento de suas necessidades operacionais de administração financeira.

As contratações envolvem a aquisição de serviços financeiros em atenção à normatização aplicável às estatais, com destaque para a Resolução CMN nº 4.986/2022 que determina que a aplicação das disponibilidades deve ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

Os demais produtos e serviços, quando não destinados normativamente a Instituições Financeiras Estatais, são adquiridos mediante processo seletivo público para contratação.

29.2 – QUANTIDADE, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Quantidade de Empregados

O total de empregados, conselheiros e dirigentes segue detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
EMPREGADOS	1.844	1.906
LIVRE PROVIMENTO	8	8
CONSELHEIROS E DIRIGENTES	20	20
TOTAL	1.872	1.934

(b) Remuneração de Empregados

Para os empregados da Empresa, a maior remuneração foi de R\$ 45,1 mil e a menor foi de R\$ 3,2 mil. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 14,1 mil. Tais remunerações desconsideram Presidente e Diretores.

	VALORES (EM R\$ MIL)
REMUNERAÇÃO	31/12/2025
MAIOR REMUNERAÇÃO	45,1
REMUNERAÇÃO MÉDIA	14,1
MENOR REMUNERAÇÃO	3,2

(c) Remuneração dos Dirigentes

	VALORES (EM R\$ MIL)
REMUNERAÇÃO	31/12/2025
MAIOR REMUNERAÇÃO	50,7
MENOR REMUNERAÇÃO	48,3

Para os dirigentes, nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R\$ 50,7 mil e a menor de R\$ 48,3 mil.

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R\$ 4,9 mil.

(d) Benefícios

O valor médio global dos benefícios oferecidos, considerando assistências médica e odontológica, auxílios alimentação e refeição, cesta básica, auxílio creche, auxílio transporte, previdência complementar e outros benefícios foi de R\$ 5.257 mil, conforme quadro:

	VALORES (EM R\$ MIL)
BENEFÍCIOS	31/12/2025
VALE ALIMENTAÇÃO	1.534
VALE REFEIÇÃO	67
RESTAURANTE	1.005

MEDICAMENTOS	115
PLANO DE SAUDE	2.417
SEGURO DE VIDA	61
AUXÍLIO CRECHE	58
TOTAL	5.257

29.3 – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

As transações com a CIFRÃO limitam-se àquelas relacionadas à gestão dos planos de benefícios e sua avaliação atuarial é realizada anualmente por consultoria especializada.


NOTA 30 – EVENTO SUBSEQUENTE

No decorrer do primeiro trimestre de 2026, a empresa recebeu da Receita Federal do Brasil os montantes de R\$ 112.958 mil e R\$ 64.337 mil, totalizando R\$ 177.295 mil, a título de repasses relacionados ao Programa SCORPIOS, referentes ao 2º e 3º trimestres do exercício de 2025.


Adicionalmente, no mesmo período, a empresa obteve restituições tributárias, majoritariamente relacionada a PIS e COFINS, no montante de R\$ 88.346 mil.

Tais recebimentos configuram eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras do exercício findo, por se referirem a fatos ocorridos após a data-base das demonstrações. Contudo, por representarem valores relevantes para a avaliação da situação financeira da empresa, são aqui divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas e com os requisitos do CPC 24 – Eventos Subsequentes.


Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO PERINI RODRIGUES**
Data: 05/03/2026 16:42:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


SÉRGIO PERINI RODRIGUES
PRESIDENTE
CPF Nº 795.926.357-49

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO MARÇAL PORTELA**
Data: 04/03/2026 19:44:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


THIAGO MARÇAL PORTELA
DIRETOR
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF Nº 052.762.127-75

Documento assinado digitalmente
 **PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA**
Data: 05/03/2026 12:07:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA
DIRETOR
DE OPERAÇÕES
CPF Nº 744.008.607-44

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**
Data: 05/03/2026 15:11:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
DIRETOR
DE GESTÃO
CPF Nº 098.225.425-34

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO DE MORAIS EMERY**
Data: 05/03/2026 09:04:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIO DE MORAIS EMERY
DIRETOR
DE INOVAÇÃO E MERCADO
CPF Nº 513.590.306-20

Documento assinado digitalmente
 **RAMON AGOSTINHO PONTES**
Data: 26/02/2026 14:37:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAMON AGOSTINHO PONTES
CONTADOR
CPF: 111.991.767-02
CRC – RJ118695/O-1



CASA DA MOEDA
DO BRASIL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

